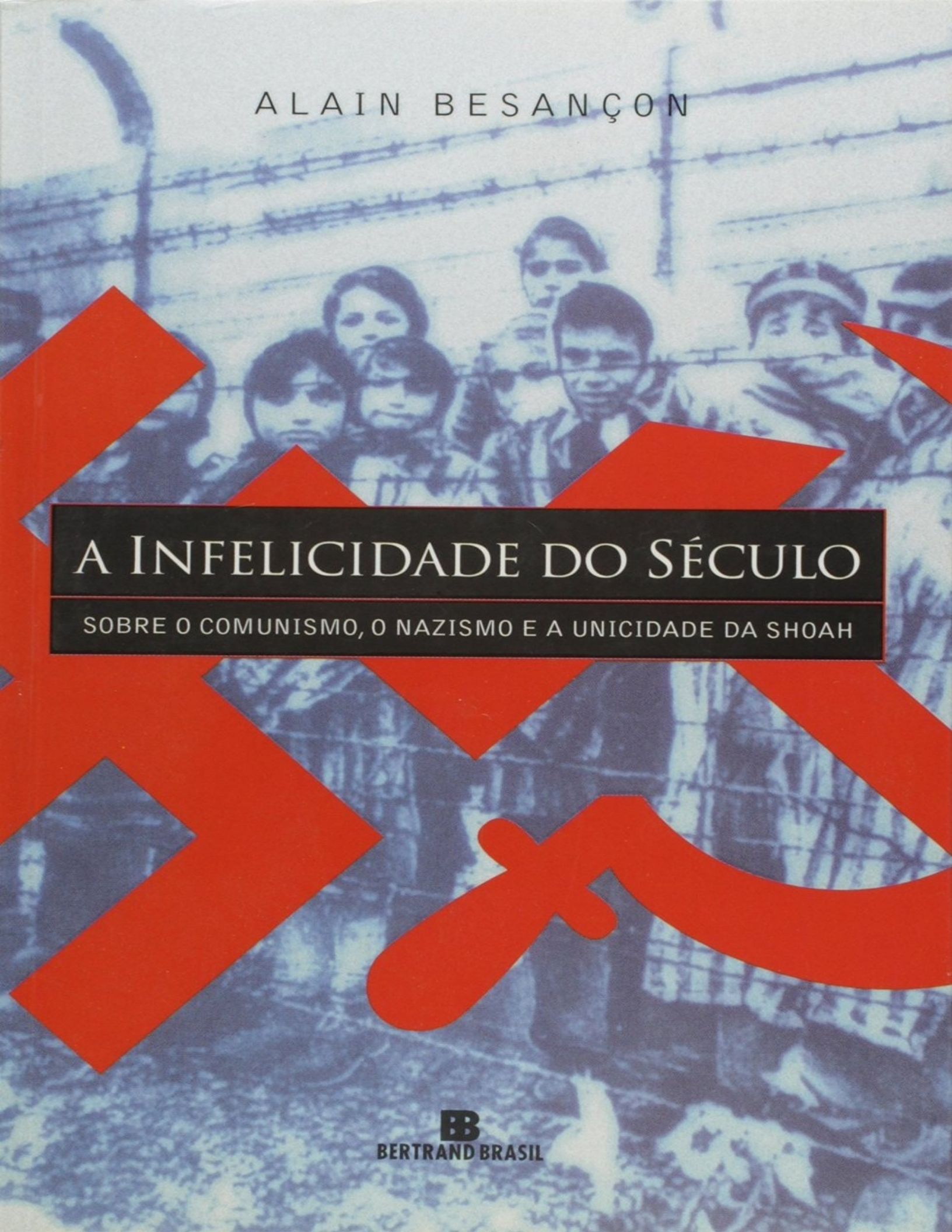


ALAIN BESANÇON

A Infelicidade do Século

SOBRE O COMUNISMO, O NAZISMO E A UNICIDADE DA SHOAH

BERTRAND BRASIL

ALAIN BESANÇON

A INFELICIDADE DO SÉCULO

SOBRE O COMUNISMO,

O NAZISMO E

A UNICIDADE DA SHOAH

Tradução Emir Sader

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

I. A DESTRUIÇÃO FÍSICA
Seis nomes, 21 — A expropriação, 11 — A concentração, 23 — As “operações móveis de assassiruito”, 25 — A deportação, 16 — A execução judiciária, 19 — A fome, 30 — O nome e o anonimato, 31

II. A DESTRUIÇÃO MORAL
A inépcia, 35 — A falsificação nazista do bem, 39 — A falsificação comunista do bem, 48 — Avaliação, 62

III. A DESTRUIÇÃO DO POLÍTICO
A política de destruição do político, 65 — 0 resto do politico, 67 — A utopia, 68 — Os fins ilimitados do nazismo, 70 — Os fins ilimitados do comunismo, 73 — Usura e autodestruição, 76

VI. TEOLOGIA
O mal, 81 — O demônio e a pessoa, 84 — A salvação, 87 — “Biblismo” nazista, 90 — “Biblismo" comunista, 94 — Heresias, 97

V. A MEMÓRIA
O esquecimento “pagão” do comunismo, 103 — O esquecimento cristão do comunismo, 105 — O esquecimento judeu do comunismo, 107 — A memória judaica do nazismo, 108 — A memória cristã do nazismo, 122 — A unicidade da Shoah, 131

À memória de
Annie Kriegel e Michel Heller

Introdução

Este ensaio aborda duas questões vinculadas entre si, mesmo que não pretenda Ibes dar uma resposta exaustiva. A primeira tem a ver com a consciência histórica, que me parece, hoje, sofrer gravemente de falta de unidade. O desa cordo tem a ver com o que este século tem de mais caracte rístico em relação aos outros: a extraordinária amplitude do massacre de homens feito por homens, que só foi possível pela tomada do poder pelo comunismo de tipo leninista e pelo nazismo de tipo hitlerista. Esses "gêmeos heterozigotos" (Pierre Chaunu), ainda que inimigos e originários de histó rias diferentes, têm vários traços em comum. Eles se colocam como objetivo chegar a uma sociedade perfeita, destruindo os elementos negativos que se opõem a ela. Eles pretendem ser filantrópicos, pois querem, um deles, o bem de toda a humanidade, o outro, o do povo alemão, e esse ideal suscitou adesões entusiásticas e atos heróicos. Mas o que os aproxima mais é que ambos se dão o direito – e mesmo o dever – de matar, e o fazem com métodos que se assemelham, numa escala desconhecida na história.

A memória histórica, no entanto, não os trata de forma igual. O nazismo, apesar de completamente desaparecido há mais de meio século, é, com razão, objeto de uma execração que não diminui com o tempo. A reflexão horrorizada sobre ele parece até aumentar a cada ano em profundidade e extensão. O comunismo, em compensação, apesar de muito mais recente, e apesar inclusive de sua queda, se beneficia de uma amnésia e de uma anistia que colhem o consentimento quase unânime, não apenas de seus partidários, pois eles ainda existem, como também de seus inimigos mais determinados e até mesmo de suas vítimas. Nem uns nem outros se acham com direito de tirá-lo do esquecimento. Acontece às vezes que o caixão de Drácula se abre. Foi assim que, no final de 1997, uma obra (O livro negro do comunismo) ousou calcular a soma dos mortos que era possível atribuir-lhe. Propunha-se uma cifra de 85 a 100 milhões. O escândalo durou pouco e o caixão já se fecha, sem que, no entanto, essas cifras tenham sido seriamente contestadas.

Tive oportunidade de abordar recentemente esse contraste entre a amnésia do comunismo e a hiperamnésia do nazismo. Eu o abordei brevemente sob o ângulo muito estreito das condições históricas e políticas às quais poderia ser imputado o esquecimento do comunismo. O tema exigia argumentos mais desenvolvidos e outros pontos de vista. Este é o tema da primeira parte deste

ensaio.

A segunda questão se refere à Shoah. Em que medida, no imenso massacre do século, ela deve ser considerada à parte? Pode-se classificá-la como um túmulo entre os outros túmulos no cemitério comum? E, se não, por que razão?

E mais fácil constatar do que explicar que a questão da Shoah assusta não só a consciência histórica do século em geral, mas também especificamente a relação ou a comparação entre a memória do comunismo e a do nazismo. Eu mesmo o senti fortemente, sublinhando no meu discurso por que o povo judeu tinha se encarregado da memória da Shoah: por uma obrigação moral que se inscrevia na longa memória das perseguições; por uma obrigação religiosa ligada ao elogio ou ao questionamento apaixonado, à maneira de Jó, do Senhor que prometeu proteger seu povo e que pune a injustiça e o crime. A humanidade deve dar graças à memória judaica por ter conservado piedosamente os arquivos da Shoah. O enigma está do lado dos povos que esqueceram.

A dificuldade decorre do fato de que, para responder à segunda questão, é preciso mudar de nível de análise. Pode-se, de fato, comparar o comunismo com o nazismo como duas espécies do mesmo gênero, o gênero ideológico. A sedução, a natureza e o modo de seu poder, o tipo de seu crime, vinculam-se à formação mental de que eles dependem inteiramente: a ideologia. Eu entendo por essa palavra uma doutrina que promete, por meio da conversão, uma salvação temporal, que se pretende conforme a uma ordem cósmica decifrada sistematicamente em sua evolução, que impõe uma prática política que visa a transformar radicalmente a sociedade. Pode-se levar muito longe a comparação entre o comunismo e o nazismo, destacar as diferenças e as semelhanças, sem sair da análise histórica e política.

Com a Shoah, ao contrário, saímos imediatamente desse plano. Apesar de que a política, particularmente na França, busca fazer da Sboab um tema de debate, de fazê-la entrar no combate eterno entre a “direita” e a “esquerda”, esta catástrofe se situa em outro lugar, como algo muito mais grave e delicado que vive sua própria vida, longe dos conflitos jurídicos. A consciência da Sboah não se acomoda dentro da análise puramente política; ela se sente mal diante de um estudo comparativo, neutro, “científico”. Ela mantém inevitavelmente o sentimento de um acontecimento único neste século e em todos os tempos, requerendo algo distinto de um estudo objetivo: uma reverência especial, um silêncio sagrado. Não estamos mais na história da ideologia, mas na história da religião – isto é, na história da própria religião, a judaica, em primeiro lugar e, por reflexo, a cristã.

No entanto, as duas questões – a consciência histórica comparada das duas ideologias destruidoras e a consciência da Shoah – estão ligadas entre si. O fato único da Shoah emergiu lentamente da confusa memória do nazismo. O que não deixa de ter relação com o tratamento diferente que foi reservado ao comunismo.

É perigoso seguir duas séries de acontecimentos que não têm a mesma natureza, não se situam no mesmo espaço nem no mesmo tempo, e que, no entanto, a história obscuramente vinculou. Para iluminar, na medida das minhas forças, essa obscuridade, traçarei brevemente a genealogia do problema. Em seguida, compararei passo a passo o comunismo e o nazismo do ponto de vista das destruições que eles provocaram nos planos físico, moral e político. Confesso que, tendo já tratado em demasia o tema, esperava, na realidade, na medida do possível, pelo doloroso que representa, não voltar a ele. Foram as circunstâncias que me levaram a isso. Em seguida, me arriscarei na teologia para tentar determinar onde exatamente se situa a unicidade da Shoah. Concluo com a unicidade, mas tenho dúvidas de que seja possível entender-nos daqui a muito tempo sobre o sentido desta unicidade.

*

A questão da unicidade da Shoah, de que creio que as vítimas tiveram imediatamente a intuição, não emergiu na consciência pública com toda a sua amplitude senão vários anos depois do acontecimento.

O testemunho de Primo Levi, *Se questo è un uomo*, reconhecido universalmente como um dos mais emocionantes jamais escritos sobre Auschwitz, foi redigido logo depois do regresso do autor à Itália. Ele foi recusado por vários editores importantes. Foi publicado, apesar de tudo, em 1947, com uma tiragem de 2.500 exemplares por uma editora pequena que faliu logo depois, deixando o livro no esquecimento. Reeditado pela Einaudi em 1958, teve a glória tão merecida que sua obscuridade anterior nos introduz a um aspecto do enigma.

“Nesse duro período do pós-guerra”, explica Levi, “as pessoas não tinham muito a reviver dos anos dolorosos que acabavam de terminar.” A explicação é verdadeira, mas vaga e insuficiente. É verdade que, no final da guerra, todos os campos de deportação foram objeto do mesmo terror, e não se separava nitidamente o campo de trabalho (por exemplo, Buchenwald) do campo de extermínio (por exemplo, Treblinka). Todas as vítimas bastavam como denúncia, e ninguém pensava em distinguir as categorias. No julgamento de Nuremberg, só se evocara a “perseguição” dos judeus. Lendo Primo Levi, vê-se que, em seu

campo e em seu comando, os judeus ocupavam completamente o último círculo do inferno, mas havia outros círculos, e também aos não-judeus – pois havia muitos em *Auschwitz* – e a todo preso, inclusive o kapo mais criminoso, a qualidade de ser humano era negada. É isso que constitui o fundo metafísico do livro, anunciado desde o seu título. Como todo acontecimento que supera a imaginação, a deportação atravessou uma fase de amnésia ou uma mistura de amnésia e afasia, que não poupava os deportados nem, entre eles, os judeus sobreviventes. O inefável não pode ser dito facilmente. O tempo permitiu a todos se acomodarem sobre esse tema impossível de ser olhado fixamente.

Mas para que o tema de uma especificidade da Shoah, de sua unicidade, chegasse à consciência histórica comum, era preciso produzir um grande acontecimento. Foi necessário logo um segundo acontecimento para que o tema da comparação entre nazismo e comunismo também pudesse surgir.

O primeiro acontecimento foi um aumento considerável da "visibilidade" do povo judeu. Emancipados no decorrer do século XIX, os judeus viram ser reconhecidos seus direitos religiosos, a liberdade do "culto israelita", da mesma forma que os outros cultos, mas não os direitos cívicos particulares. Mas o judaísmo, desde os tempos bíblicos, sempre se concebeu indissociavelmente como religião e como povo. Esta segunda metade da identidade judaica tivera que ser abandonada, até mesmo esquecida, nas democracias ocidentais, ou suportada como um fardo nos países em que a noção de "caráter étnico" não tinha sido apagada pela noção moderna de cidadania. O nazismo substituíra o conceito de povo pelo de raça, e essa raça tinha sido excluída da humanidade comum. Na Europa do pós-guerra, a noção de "povo judeu" não tinha mais nenhum fundamento. Do lado ocidental, havia apenas cidadãos ingleses, franceses, italianos etc., de "origem" ou de "confissão" judaica. Do lado comunista, o judaísmo dos judeus estava em princípio condenado ao desaparecimento e, na sua espera, era proibido declará-la.

Havia um terceiro elemento na consciência judaica: a terra. Eis então que, em 1948, o povo judeu se manifestou ao mundo sob a forma moderna de um Estado nacional, amplamente laico, usufruindo da independência total que ele havia perdido no momento da conquista assíria e depois babilônica e de uma presença territorial quase liquidada depois das guerras judaicas de Tito e de Adriano. Devido à Lei do Retorno, o Estado judeu constituía-se de direito como a pátria de todos os judeus do mundo.

Os países sob dominação comunista reconheceram o Estado de Israel por razões políticas sujeitas a mudanças. Os países democráticos reconheceram-no

de maneira mais estável porque, além dos motivos políticos, se afirmavam motivos que podem ser chamados de religiosos. O sentimento de culpabilidade do mundo cristão nascia e estava destinado a aumentar. A consciência religiosa do fato judeu, cuja direção tomada pela interpretação das Escrituras e pelo ensino dos Patriarcas fora obscurecida durante séculos, ressurgia e agia sobre o mundo católico. Esse foi o ponto de partida de uma grande reviravolta de que o Concílio Vaticano II foi apenas uma etapa, até agora não concluída.

O mundo ocidental aceitou, então, de certa forma sem dificuldade, a nova imagem assumida pelos judeus, logo após a fundação de Israel. Aceitou em particular que os judeus, que nutriam desde sempre um grande patriotismo em relação a suas diversas pátrias de diáspora, desenvolvessem um segundo movimento na direção de Israel, sem, aliás, se tratar de um mesmo sentimento, nem de um mesmo tipo de lealdade. Esse direito ao duplo patriotismo, que a opinião pública não aceitara, então, de nenhuma outra minoria, eu o compararia naturalmente ao privilégio, igualmente excepcional e precário, desta vez de natureza puramente religiosa, obtido pelos judeus, no tempo de Herodes, o Grande, de serem dispensados do culto imperial e da religião cívica.

Essa nova consciência da identidade judaica afirmou-se por um movimento espontâneo e progressivo. É preciso mencionar, no entanto, uma data importante: 1960. Até aquela data, os sentimentos patrióticos de Israel nutriam-se das lembranças da resistência armada contra o nazismo. A insurreição do gueto de Varsóvia era mais naturalmente evocada do que o genocídio sofrido passivamente. O processo a Eichmann, tornado público com todas as repercussões pelas autoridades israelenses, marcou uma virada. A Shoah tornou-se um acontecimento central e, sob certos aspectos, fundador, base de legitimidade. Tornou-se assim o ponto de partida de uma discussão jurídica, moral, filosófica, teológica em que se engajaram espíritos ilustres do mundo inteiro – Hannah Arendt, Raymond Aron, Gershom Scholem – até hoje longe de terminar.

O segundo acontecimento, o relatório Kruschev, em 1956, tornou inevitável a comparação. O conhecimento do comunismo bolchevique como sistema criminoso já existia desde 1917. Mas por causa do poder de difusão da ideia, por causa da capacidade de desinformação e da mentira dos órgãos do movimento, este saber não estava validado. Ele nasceu da boa-fé de uma multidão de pessoas honestas.O segredo nazista sobre a destruição dos judeus da Europa é um segredo “simples”, obtido por meios clássicos: o isolamento dos centros de extermínio, o assassinato periódico dos executantes entre as vítimas, o

juramento que liga os corpos exterminadores, a estreiteza relativa de seus efetivos. O segredo bolchevique é mais complexo. Ele incluía também uma parte simples, clássica, de ordem militar e policial. Mas esse núcleo era protegido por uma bruma ideológica extremamente espessa que fazia com que, mesmo se o segredo que cobria as operações de destruição fosse rompido, a fuga seria encoberta por uma vontade de incredulidade geral, e a separação estanque reconstituir-se-ia um pouco mais adiante. Houve momentos, por exemplo, entre a guerra da Espanha e a vitória sobre o nazismo, em que o saber sobre o comunismo não existia mais, fora de suas fronteiras, senão na cabeça de alguns indivíduos, em geral velhos comunistas que tinham a experiência íntima, velhos esquerdistas decepcionados e revoltados, a maioria dos quais incapazes de transmitir seu saber e freqüentemente também de pensá-lo até o fim.

Até 1956, o número interminável de testemunhos, apesar de documentados e irrefutáveis, ficou isolado e sem autoridade em relação às autoridades acadêmicas, guardiãs do espírito crítico, e, em relação aos homens políticos, mesmo os estranhos e hostis à ideia comunista. Se eles tivessem acreditado naqueles testemunhos, teriam sido obrigados a proceder a uma ampla modificação de suas concepções do mundo, porque esses testemunhos (da mesma forma que aqueles filtrados do nazismo) os introduziam em um universo inverossímil, obedecendo a uma racionalidade desconcertante em que, para captar seus traços, teriam que realizar um enorme esforço. Além disso, eles não se sentiam ameaçados. Para tomar um exemplo, a questão dos campos de concentração, levantada por David Rousset pouco antes de 1950, foi considerada escandalosa. Sartre não teve dificuldade em demonstrar que, com o conceito de campo de concentração sendo filosoficamente contraditório com o de socialismo, eles não podiam existir. Em 1948, no momento do processo Kravtchenko, a Sra. Buber-Neumann suscitou violentas reações de revolta quando afirmou que subsistiam, no campo de trabalho alemão, resíduos de direito que não existiam no campo soviético em que ela havia sido detida antes que Stalin a entregasse a Hitler.

O relatório de Kruschev não expressa o menor arrependimento pelas vítimas não-comunistas do comunismo. O único crime verdadeiro do sistema stalinista, e que o encheu de indignação, é o de ter assassinado, em grande escala, comunistas fiéis à causa. No entanto, essa confissão tão incompleta introduziu um senão na lógica rígida da ideologia e provocou uma fissura na muralha que envolvia o segredo. Os crimes contra os comunistas só eram verdadeiramente condenáveis, segundo o secretário-geral, na medida em que

eles prejudicavam o projeto e enfraqueciam o próprio poder comunista. Mas depois do relatório perguntava-se sobre os crimes cometidos pelos comunistas. O sistema se tornou objeto de um questionamento geral, de uma investigação a partir de uma suspeita legítima impossível de ser detida. A investigação se desenvolveu, ainda que debilmente e de forma descontínua, porque o poder comunista manteve-se ainda durante cerca de trinta anos, período quase tão longo quanto aquele que o separava de seu nascimento. Durante todo esse tempo, ele negou absolutamente, ao mesmo tempo que procedia ao lento desmantelamento do sistema dos campos. O arquipélago do Gulag (1974) teve um efeito reprodutor contra a falsidade da mentira. Mas aquele era apenas um texto: faltava o que os romances policiais ingleses chamam de "*the evidence of the corpse*", a prova do cadáver. Ninguém no mundo tinha visto ou tocado os campos comunistas, senão os raros sobreviventes. As valas comuns do Camboja foram a exceção. Apesar de tudo, no momento da queda pode-se dizer que o segredo tinha sido revelado – apesar de que a continuidade da negação no que se refere ao comunismo continua a ser muito mais forte do que a que protege o nazismo.

*

Assim, em meados dos anos 60, os horrores do século, o nazismo e o comunismo encontravam-se juntos no banco dos réus. Acusados das mesmas culpas? E o aspecto da discussão que vai se seguir.

Dividi o tema em várias partes, o que não deixa de ter seus inconvenientes, porque os cortes podem fazer perder de vista a unidade do objeto. Eu o examinarei sob o ângulo da destruição. De fato, só sobrevive do nazismo e do comunismo o que resistiu a eles, como uma literatura "dissidente". O mais é um campo de ruínas a ser varrido e despoluído. A destruição é material: pessoas vivas foram transformadas em cadáveres. Moral: almas honestas e razoáveis se tomaram criminosas, loucas, estúpidas. Política: a sociedade foi arrancada de sua forma, remodelada conforme o projeto ideológico. Depois, abandonando a análise histórica, será necessário retomar a mesma investigação do ponto de vista da filosofia e da teologia. Finalmente, retornarei ao tema do meu discurso na Academia e descreverei o trabalho da memória. E terminarei com a unicidade da Shoah.

Capítulo I

A DESTRUIÇÃO FÍSICA

Seis nomes

Antes de qualquer comparação entre a experiência comunista e a experiência nazista, seis palavras devem ser ditas: Auschwitz, Belzec, Chelmno, Majdanek, Sobibor e Treblinka. São os seis centros de extermínio industrial dos judeus. A seqüência típica: transporte; seleção na descida do trem; tatuagem, câmara de gás ou fossa comum imediata para as mulheres, as crianças e os inaptos para o trabalho. Esta sequência, até onde sei, não está presente no mundo comunista. Não se pode pronunciar essas seis palavras sem que voltem à memória os documentos, as testemunhas, os estudos, as meditações, os poemas, os cantos, as preces que buscaram comunicar o incomunicável. E a partir desse absoluto – e, se posso falar metaforicamente, desse zero absoluto tomado como terminus a quo de toda medida posterior – que se pode ensaiar a avaliação da destruição física produzida pelo regime comunista.

Raul Hillberg é o autor de uma obra infinitamente documentada, escrupulosa, controlada: A destruição dos judeus europeusA Ele teve tanta dificuldade quanto Primo Levi para encontrar um editor, e só a publicou em 1985. Não existe, e não poderá existir tão cedo, uma obra tão rigorosa e detalhada sobre as destruições comunistas. Eu usarei seu plano.

A destruição dos judeus europeus, segundo Hillberg, deu'Se em cinco etapas:

- a expropriação;
- a concentração;
- as “operações móveis de assassinato”;
- a deportação;
- os centros de extermínio.

Seguindo o mesmo plano, constata-se que a destruição comunista utiliza os quatro primeiros meios, ainda que com variações que têm a ver com a sua natureza do projeto. Ela omite a quinta, mas acrescenta duas outras de que o nazismo não teve necessidade: a execução judiciária e a fome.

A expropriação

A expropriação é a primeira medida do poder comunista. Ela procede da definição do comunismo de que o mal social tem raízes na propriedade privada. A dos "meios de produção" é então imediata. Mas, como é preciso arrancar do povo a ideia de propriedade e submetê-lo completamente ao novo poder, a expropriação de casas, contas bancárias, terra, gado é uma consequência lógica. Aos poucos, as pessoas foram ficando apenas com pouco mais que suas roupas e móveis.

Sempre houve ricos nos países comunistas, mas sem que se possa dizer que fossem proprietários. Eles eram ou proprietários "ilegais" de bens escassos, ou privilegiados que, em recompensa de uma fidelidade política e em virtude de sua posição no sistema, gozavam de certas vantagens. O direito, estando ligado à propriedade privada, desaparece subitamente: só restam decisões "jurídicas" do partido. Na Alemanha nazista, a expropriação e a proscrição só afetaram inicialmente os judeus. O direito e a propriedade subsistiram para os "arianos", mas espremidos, residuais e destinados a desaparecer na lógica do sistema.

A concentração

A filtragem e o registro não eram feitos no regime comunista da mesma forma que no regime nazista. O nazismo considerava os judeus como pessoas físicas, focos individuais de infecção. Era preciso então encontrá-los, como se faz numa operação de desratização ou de combate a insetos, até nos lugares mais inacessíveis onde eles pudessem se esconder, e o regime destinou a essa tarefa dinheiro, pessoal e meticulosidade. O comunismo, por seu lado, se encarregava de uma tarefa mais ampla, porque mais vaga e com contornos pouco definidos. Ele devia destruir o "inimigo do socialismo", "o inimigo do povo". Era necessário, em primeiro lugar, deixar sem condição de causar dano o inimigo previamente designado, o inimigo institucional: o rico, o nobre, o burguês, o capitalista, o camponês rico etc. Depois era a vez dos que podiam abrigar sentimentos hostis, "fora da linha", até mesmo indiferentes. Eles podiam ser localizados no "proletariado", no campesinato "médio" e "pobre", na intelligemsia "progressista". Eram encontrados também no partido, no exército, na polícia.

Os inimigos escondidos não têm características visíveis, nem marcas

físicas como a circuncisão, e não pertencem a uma comunidade bem-delimitada, a uma linhagem. E preciso reconhecê-los, fazê-los confessar seus pensamentos escondidos, seus desígnios sabotadores, “eliminá-los”. É um trabalho contínuo e bem mais considerável. É essa a razão de os órgãos de polícia e de repressão em um regime comunista serem mais numerosos do que os órgãos encarregados simplesmente de controlar os judeus e de levá-los aos campos de concentração. Alguns milhares de policiais bastam para a Gestapo, contra cerca de quinhentos mil da KGB. Só a Stasi, na República Democrática Alemã, empregava bem mais gente do que a Gestapo em toda a Alemanha.

Segundo Raul Hillberg, bastaram dois anos (1941 e 1942) para que a “solução final” fosse executada para cerca de três quintos do seu total. Para os “órgãos” soviéticos, a tarefa nunca foi concluída. De novembro de 1917 até o último dia, eles tiveram de fazer a triagem, recensear, manter dossiês, filtrar e refiltrar toda uma população.

As “operações móveis de assassinato"

Cerca de um quarto dos judeus assassinados, segundo Raul Hillberg, talvez até mais, o foram por unidades especiais: os Einsatzgruppen e os Kommandos, que avançavam atrás das tropas regulares e os executavam, a maioria das vezes com metralhadora. Unidades da Wehrmacht também fizeram, ocasionalmente, a mesma coisa.

Essas “operações móveis de assassinato” foram praticadas abundantemente pelos regimes comunistas. As chacinas a céu aberto acompanharam as reconquistas, pelo exército vermelho, da Ucrânia, do Cáucaso, da Sibéria e da Ásia Central. Elas foram maciças e sistemáticas durante a guerra camponesa, começada em 1910 e que durou até 1921. Contra os camponeses expropriados, submetidos à fome, e contra os cossacos (que foram quase exterminados como povo), o Exército Vermelho empregou grandes métodos, como tanques e gases asfixiantes. Um livro de Vladimir Zazubrin, redigido em 1923, descreve as operações de uma tcheka local. Vêem-se assim os caminhões levarem as pessoas para a morte, a execução em série, impessoal, por bala na nuca, em uma grande cova, a evacuação dos cadáveres e a roldana dos caminhões.

Os fuzilamentos a céu aberto recomeçaram durante a coletivização e, no transcurso do grande expurgo, empregaram-se caminhões a gás. Na China, as execuções coletivas e públicas se multiplicaram várias vezes nos dois primeiros

anos após a tomada do poder, na época do “Grande Salto para a Frente”, depois na Revolução Cultural. Elas aconteceram também na Coréia, no Vietnã e na Etiópia.

Foi no Camboja, porém, que elas se tornaram mais maciças. À falta de um equipamento moderno, as execuções eram realizadas com faca, martelo, machado ou porrete. Frequentemente, os carrascos, que se haviam tornado hábeis também na tortura, eram crianças cuja educação era garantida pelo Angkar. As valas comuns são atualmente objeto de escavação.

A deportação

A deportação para os campos de trabalho foi inventada e sistematizada pelo regime soviético. O nazismo apenas a copiou. A palavra Lager é comum ao russo e ao alemão. Os primeiros campos foram abertos na Rússia em junho de 1918, cerca de seis meses depois da tomada do poder por Lenin e seu partido.

A deportação soviética foi um fenômeno mais amplo e mais complexo do que a deportação nazista. Na Alemanha, havia diferenças informais entre os campos com mortalidade relativamente pequena (Dachau) e aqueles com mortalidade tão alta (Dora), que se aproximava do extermínio. Na União Soviética, a gama é mais extensa, e as categorias nitidamente separadas. Podem-se distinguir três:

A primeira é a deportação de povos inteiros – tártaros, chechenos, alemães do Volga etc. – ou categorias “sociais” inteiras: os dez milhões de kulaks. Os picos de mortalidade ocorriam durante o transporte, realizado mais ou menos nas mesmas condições que as dos trens nazistas de deportação, mas com distâncias muito mais longas; depois, durante o primeiro ano, quando os deportados eram deixados em uma estepe da Ásia Central, em uma taiga ou numa tundra siberiana, sem qualquer tipo de aquecimento, aparelhos de refrigeração ou alimentos. Houve casos em que todos morreram – deportados, guardas e cães. Atribui-se habitualmente a esse tipo de deportação uma taxa de mortalidade de 50%. A deportação de povos é uma prática russa que não se conhece em outros países comunistas, por falta de espaço ou porque a heterogeneidade étnica não atrapalhava o projeto socialista. Pode-se muito bem atribuir-lhe o deslocamento brutal e mortífero dos alemães fora da Polônia ou da Tchecoslováquia ao término da guerra.

Segunda categoria: a deportação para um campo de trabalho. O gulag tornou-se uma vasta construção administrativa que encontrou a sua forma

clássica nos anos 30. Ela foi capaz de gerar uma notável parcela (estima-se em 11%) da força de trabalho do país. A literatura, relativamente abundante, oferece uma descrição similar àquela do campo de trabalho nazista. A alvorada, a chamada, o comando de trabalho, a "norma" e a ração alimentar proporcional à "norma", a fome, os maus-tratos, as torturas, as execuções: o dia de Chalamov, em Kolyma, segue exatamente o de Primo Levi em Auschwitz. Os detalhes concretos são os mesmos: o roubo generalizado, o cada um por si, o esgotamento físico, a lenta ou muito rápida degradação moral, o mesmo acampamento, as mesmas trapaças para fugir do trabalho, o mesmo sono, os mesmos sonhos. Para se designar o detento que chegou ao fim da sua resistência, já não se defende mais e vai morrer, no campo nazista se dizia muçulmano, no campo soviético, dokhodiaga.

Algumas variantes têm a ver com o grau de organização e com o clima. Em *Auschwitz* se é despertado por um sino; em Kolyma bate-se num pedaço de trilho de trem. Os mortos não são incinerados num fomo crematório, mas, no inverno, são empilhados, em grupos, com uma etiqueta presa no dedão do pé, esperando que o degelo permita cavar as fossas. No vasto arquipélago de campos que ocupa o nordeste da Sibéria, o horror do frio, da paisagem desolada, da distância infinita que separa a área habitada pelos homens agrega um tom de desespero. Em alguns campos, a mortalidade chega a 30% ou 40% ao ano, o que, levando em conta a duração das penas e a longevidade do regime soviético, chega às raias do extermínio – mas sem que se chegue ao extermínio imediato, que não dá nenhuma "chance", no estilo de Treblinka.

Terceira categoria; em torno do gulag propriamente dito estende-se uma zona de trabalho forçado e de residência vigiada. A mão-de-obra é empregada nos grandes canteiros de obras, barragens, canais, arsenais militares secretos. Os contornos são imprecisos: afinal, em regime comunista ninguém desfruta de liberdade. É por isso que Bukovski, à pergunta "Quantos prisioneiros há na URSS?", respondeu em tom de gracejo: "270 milhões".

O campo existiu em quase toda a extensão dos domínios comunistas. Na Romênia, por exemplo, a construção do canal Danúbio-mar Negro produziu 200 mil mortos, isto é, serviu de túmulo às velhas elites. Sobre o campo vietnamita e sobre o campo chinês (o Laogai), as informações chegam em fragmentos. Um antigo zek soviético relatou-me o seguinte: um preso do Laogai, que tinha fugido para a Sibéria, acreditara ter chegado ao paraíso quando foi jogado no campo de concentração da minha testemunha! De fato, o gulag o havia condenado a uma pena definida, enquanto que na China sua detenção era sem um limite preciso,

subordinada ao seu “progresso moral” (o campo é considerado uma “escola”). À noite, ele era levado para os acampamentos, enquanto que na China ele era acorrentado em seu local de trabalho. O pouco que se sabe dos campos da Coréia do Norte deixa os cabelos em pé. E eles estão funcionando atualmente a pleno vapor.

A execução judiciária

Dois procedimentos de execução foram empregados de modo regular pelo comunismo e apenas acessoriamente pelo nazismo. O primeiro é a execução judiciária.

O nazismo não o praticou com os judeus, pois, na sua opinião, eles não pertenciam à espécie humana e não mereciam, portanto, nenhuma “justiça”. Ele o usou contra os opositores, os resistentes, os militantes, depois de um exame mais ou menos sumário, mas realista, dos fatos.

A execução no comunismo (fuzilamento, tiro na nuca, enforcamento) deve, em princípio, proceder de um exame jurídico, a fim de que o “povo” possa reconhecer e condenar o inimigo declarado ou oculto. As execuções sumárias dos primeiros tempos foram progressivamente assumindo uma forma cada vez mais judiciária à medida que o aparelho (a prokuratura) se aperfeiçoava. Na época chamada do “Grande Terror”, que se iniciou em 1934, a confissão era buscada e obtida por diversos meios, sendo a tortura o mais simples e o mais corrente deles.

O que caracterizou esse período foi que a maioria das pessoas presas – freqüentemente para completar uma cota de detenções decidida previamente – era totalmente estranha aos termos da acusação: seja porque elas eram passivas e incapazes de conceber uma oposição qualquer, seja porque eram sinceramente comunistas e tivessem por Stalin todo o amor e veneração requeridos. Daí o medo torturante que pesava sobre a totalidade da população. Daí também o sentimento de pesadelo e de loucura, porque ela não chegava a penetrar na racionalidade daquela vasta máquina de destruir e de matar. As pessoas esperavam ser presas porque viam desaparecer silenciosamente seus vizinhos e, à noite, tinham embaixo da cama a trouxa de roupa de preso, assim que elas ouviam passos na escada. A maioria dos países comunistas, democracias populares da Europa e sobretudo da Ásia, atravessou períodos desse tipo. Há razões para pensar que Hitler se inspirou na ideia do “Grande Terror”. A “noite dos longos punhais” (1934), aquela depuração relâmpago do partido nazista, fez

talvez oitocentas vítimas. Stalin multiplicou essa cifra por mais de mil.

A fome

A fome, diferentemente da penúria, que é constante, é um espectro reiterado que acompanha a história dos regimes comunistas. Ela está presente na URSS, na China, na Etiópia, na Coréia.

A fome é, na maior parte do tempo, uma consequência da política comunista. É da essência dessa política estender seu controle à totalidade de seus súditos. Não é tolerável deixar os camponeses se organizarem espontaneamente à margem do poder. Ao expropriá-los, fazendo-os entrar nos quadros artificiais do kolkoz, da Comuna Popular, provoca-se inevitavelmente uma crise de subsistência. Não se pode, no entanto, dizer que o poder deseja a fome como tal, mas é o preço que ele aceita pagar para atingir seus objetivos políticos e ideológicos. No Cazaquistão, a população caiu pela metade.

Entretanto, houve casos em que a fome foi desejada e organizada com um fim preciso de extermínio. Foi o que aconteceu na Ucrânia, durante os anos 1932-1933. O objetivo era o de terminar não com uma resistência qualquer do campesinato, porque a coletivização já a quebrara, mas com a existência nacional do povo ucraniano. Falou-se a esse respeito e, com razão, de genocídio.

Consentida como meio ou desejada como fim, a fome foi o procedimento mais mortífero da destruição comunista das pessoas. Ela responde por mais da metade dos mortos imputáveis ao sistema na URSS, e por três quartos, talvez, na China.

O nome e o anonimato

Dos judeus exterminados pelo nazismo, conhece-se o número com uma precisão constantemente rigorosa pela pesquisa e pela piedade judaicas. Existem registros que indicam o efetivo de cada trem, a data de sua partida. Os nomes são preciosamente guardados e conservados. Dos mortos pelo comunismo, conhece-se apenas uma estimativa em uma aproximação de cerca de várias dezenas de milhões. A mostra admitida pelo Livro negro vai de 85 a mais de 100 milhões.

Essa diferença terrível, que faz com que uns, exterminados como animais, sejam honrados como pessoas, e os outros, assassinados talvez de forma mais humana (na medida em que se lhes atribuía pelo menos o estatuto de “inimigos”), sejam esquecidos como animais, não tem a ver somente com a

piedade ou a impiedade da memória. Ela tem a ver também com o fato de as pesquisas serem impossíveis ou proibidas na quase totalidade do território antes ou ainda hoje sob o domínio comunista; e ainda com a vontade geral de amnésia do comunismo e de hiperamnésia do nazismo. Tem a ver, finalmente, com a natureza de um e de outro. O nazismo procede por categorias determinadas, administrativamente delimitáveis, sucessivas (os deficientes físicos na véspera da guerra, os judeus, os ciganos...); o comunismo por dizimações vagas, simultâneas, aleatórias, podendo incidir sobre o conjunto da população submetida.

O modo de execução não é um critério de avaliação. É preciso resistir à tentação de julgar uma morte mais atroz em si mesma do que outra; nenhuma pode ser vista de perto. Ninguém pode saber o que sentia uma criança ao inalar o gás *zyklon* B ou ao morrer de fome em uma cabana ucraniana. Uma vez que se matavam pessoas à margem de qualquer justiça, é preciso afirmar que todas elas morreram horrivelmente, tanto umas quanto as outras, porque eram inocentes. É quando há justiça que se pode imaginar que algumas execuções são mais honrosas – a espada, por exemplo, mais que a corda. Mas uma vez que os extermínios do século foram alheios à ideia de honra, classificar os suplícios é impossível e indecente.

Capítulo II

A DESTRUIÇÃO MORAL

Em torno da destruição física – o imenso ossário, a demolição da terra, aspecto mais evidente do desastre, sobre o qual se concentram os estudos e as medições – estende-se um domínio invisível em que a devastação é provavelmente maior, afeta mais gente e demandará ainda mais tempo para ser reparada: a destruição das inteligências e das almas.

A inépcia

Pode-se esboçar – e isso foi feito – a genealogia intelectual das duas principais formas ideológicas que dominaram neste século uma parte da humanidade. O perigo é o de se acreditar que as ideias vastas e profundas de que elas tiraram alguma coisa para se formar subsistem ainda nelas. E dar-lhes uma dignidade, cartas de nobreza que elas não merecem. Seria ir na sua direção, pois elas reivindicam essa genealogia.

O marxismo-leninismo se considera o herdeiro de uma tradição que vem de Heráclito e de Demócrito. Ele descende, segundo sua pretensão, de Lucrécio, do lluminismo, de Hegel, de todo o movimento científico. Ele os resumiria e os realizaria. O nazismo buscava suas referências na tragédia grega, em Herder, Novalis, num outro Hegel, em Nietzsche e, claro, se garantia no movimento científico posterior a Darwin. E preciso não levá-los a sério. E uma ilusão, que comporta, além disso, o perigo de comprometer a linhagem reivindicada: arrisca-se a se atribuir a Hegel, ou a qualquer filósofo ou cientista citados por eles, tais descendentes.

Essa ilusão se dissipa caso se queira olhar bem o genuíno funcionamento intelectual dos dirigentes nazistas e comunistas. Ele é inteiramente dominado por um sistema de interpretação do mundo de uma extraordinária indigência. Um combate dualista é levado adiante entre classes ou raças. A definição dessas classes ou dessas raças só tem sentido no e pelo sistema, se bem que o que pode ter objetivo na noção de classe ou de raça perde-se de vista. Essas noções loucas explicam a natureza do combate, justificam-no, guiam-no no espírito da ideologia a ação dos adversários e dos aliados. Pode haver ardis e astúcias nos meios utilizados para atingir o fim e, de fato, o comunismo com Lenin, Stalin,

Mao Ho Chi Minh beneficiou-se de atores mais competentes do que Hitlet: a lógica do conjunto do sistema permanece absurda; seu fim, inatingível.

O estado psíquico do militante distingue-se pelo investimento fanático no sistema. A visão central reorganiza todo o campo intelectual e perceptivo, até na periferia. A linguagem transforma-se. Ela não serve mais para comunicar ou expressar, e sim para mascarar a solução de continuidade entre o sistema e a realidade. Assume o papel mágico de sujeitar a realidade à visão do mundo; é uma linguagem litúrgica, em que cada fórmula indica a adesão do locutor ao sistema e intimida o interlocutor a aderir. As palavras reveladoras são, então, ameaças e figuras de um poder.

Não se pode permanecer inteligente sob a ideologia. O nazismo seduziu alguns grandes espíritos: Heidegger, Carl Schmitt. Isso porque eles projetavam sobre o nazismo pensamentos próprios que lhe eram estranhos, um antimodernismo profundo, um antidemocratismo profundo, um nacionalismo transformado em metafísica, tudo que o nazismo parecia ter assumido, salvo o que produzia seu valor na vida intelectual desses filósofos, o pensamento, a profundidade, a metafísica. Eles também cediam à ilusão da genealogia.

O marxismo-leninismo só recrutou espíritos de segundo escalão, um Lukács, por exemplo: eles não tardaram a perder seu talento. Os partidos comunistas podiam se vangloriar de contar com adesões ilustres – Aragon, Brecht, Picasso, Langevin, Neruda: eles tinham o cuidado de mantê-los à margem para isolá-los numa adesão de acaso, de humor, de interesse, de circunstância. Porém, apesar do caráter superficial dessa adesão, a pintura de Picasso (ver os Massacres da Coréia) e a poesia de Neruda e de Aragon não deixaram de sofrer os efeitos. Ela pode subsistir artisticamente em um registro de provocação. A adesão à ideologia dos espíritos superiores produz-se a favor de uma confluência aleatória de paixões diversas cuja natureza é externa à ideologia. Mas, aproximando-se de seu cerne, tais paixões se debilitam, não restando às vezes senão um resíduo de inépcia.

Na zona comunista, os dirigentes tiveram às vezes que resumir sob seu nome o esquema fundamental, como foi o caso Stalin e Mao, que se resume em algumas páginas e contém a totalidade da doutrina: não existem tratados superiores a esses manuais, qualificados às vezes de “elementares” para se fazer crer que haja outros mais profundos; eles seriam apenas a diluição dos primeiros. Nem por isso deixam de ser impostos como objetos de “estudo”, isto é, que os sujeitos têm a obrigação de passar algumas horas a repeti-los e a papagueá-los. Na zona nazista, tais compêndios não existiram. O pensamento deveria estar

subordinado ao do líder, que se apresentaria como oracular e inspirado. Quando se analisa o teor, constata-se uma misteriosa mistura de darwinismo social, de eugenismo, de ódio vagamente nietzschiano pelo cristianismo, religião do "ressentimento", do anti-semitismo patológico.

O homem nazista e comunista oferece-se ao exame clínico do psiquiatra. Ele parece fechado, desligado do real, capaz de argumentar indefinidamente em círculo com seu interlocutor, obscurecido, persuadido, no entanto, de ser racional. E por isso que os psiquiatras associaram esse estado de delírio crônico sistematizado à esquizofrenia, à paranóia. Se nos aprofundamos no exame, vemos que esta caracterização permanece metafórica. O sinal mais evidente de esta loucura ser artificial é que ela é reversível: quando a pressão cessa e as circunstâncias mudam, nós saímos dela imediatamente, como de um sonho. Mas é um sonho desperto, que não bloqueia a motricidade e mantém uma certa coerência de caráter racional. Fora da zona atingida, que, no homem sadio, é a parte superior do espírito, aquela que elabora a religião, a filosofia, as "ideias diretrizes da razão", diria Kant, as funções do entendimento parecem intactas, mas polarizadas e sujeitas ao lado delirante. De tal modo que, quando despertamos, a cabeça está vazia, a aprendizagem da vida e do saber deve ser completamente retomada. A Alemanha, que tinha sido a Atenas da Europa durante um século, despertou embrutecida por doze anos de nazismo. O que dizer da Rússia, bem mais sistematicamente submetida durante setenta anos à pedagogia do absurdo, e cujas bases intelectuais eram menos estabelecidas e mais frágeis?

Essas doenças mentais artificiais são também epidêmicas e contagiosas. Elas foram comparadas à difusão repentina da peste ou da gripe. Formalmente, a nazificação da Alemanha, em 1933, e a Revolução Cultural chinesa desenvolveram-se de fato como uma espécie de doença contagiosa. Esperando sabermos mais sobre essas pandemias psíquicas, atribuamos a essas comparações um valor simplesmente metafórico.

A inépcia é o cenário de fundo da destruição moral. Ela é sua condição. O desajustamento moral da consciência natural e comum só pode existir se a concepção do mundo, a relação com a realidade, forem previamente perturbadas. Se essa cegueira é uma circunstância atenuante ou se ela é uma parte integrante do mal, eu não discutirei aqui. Ela não suspende o julgamento moral.

A falsificação nazista do bem

Se buscamos olhar atentamente o conjunto das operações que se praticavam contra um povo nos seis campos enumerados anteriormente, nos faltam palavras, conceitos. a imaginação recusa-se a conceber e a memória a reter. Estamos fora do humano, como se nos encontrássemos diante de uma transcendência negativa. A ideia do demoníaco aparece então irresistivelmente ao espírito.

O que assinala a nossos olhos o demoníaco é que estes atos foram realizados em nome de um bem, sob a cobertura de uma moral. A destruição moral tem como instrumento uma falsificação do bem tal que o criminoso, em uma medida impossível de precisar, possa manter a distância a consciência de que pratica o mal.

Himmler pronunciou durante a guerra numerosos discursos diante dos oficiais superiores e dos chefes de serviço da SS. O tom é sempre o da exortação moral.

Eis um texto que se eleva acima das contingências da época, acima mesmo dos interesses imediatos do Reich e que se eleva ao plano do universal: “Tudo o que fazemos deve ser justificado em relação a nossos ancestrais. Se não encontrarmos este vínculo moral, o mais profundo e o melhor porque mais natural, não seremos capazes a esse nível de vencer o cristianismo e de constituir esse Reich germânico que será uma bênção para toda a Terra. Há milênios é o dever da raça loura dominar a terra e sempre lhe propiciar felicidade e civilização.” (9 de junho de 1942)

O bem, segundo o nazismo, consiste em restaurar uma ordem natural corrompida pela história. A correta hierarquização das raças foi transformada por esses acontecimentos funestos que são o cristianismo (“esta peste, a pior doença que nos tem atingido em toda a nossa história”), a democracia, o reino do ouro, o bolchevismo, os judeus. A ordem natural é coroada pelo Reich alemão, mas reserva um lugar aos outros germânicos, que são os escandinavos, os holandeses, os flamengos. Pode-se mesmo deixar intacto o império britânico, que é “um império mundial criado pela raça branca”. Abaixo, os franceses e os italianos. Mais abaixo ainda os eslavos, que serão escravizados e reduzidos em número; Himmler encara uma “diminuição” de trinta milhões. No interior da sociedade, restaurar-se-á assim a ordem natural que quer que dominem os melhores, os mais duros, os mais puros, os mais cavalheirescos, cujos exemplos vivos são fornecidos pela elite da *Waffen*-SS. Quando Himmler pronunciou esse discurso, os incuráveis, os deficientes, os alienados da “raça” alemã já haviam sido eutanasiados clandestinamente nos hospitais e nos asilos.

Tudo isso não poderá ser feito, continua Himmler, sem um combate extremamente duro. Em seus discursos, ele apela constantemente ao heroísmo, à superação de si, ao sentido do dever superior com o Reich, particularmente quando se trata de executar ordens dolorosas: “Nós devemos atacar as tarefas ideológicas e responder ao destino, qualquer que seja ele; devemos estar sempre de pé, não cair nunca, não nos enfraquecermos nunca, mas estarmos sempre presentes até que o caminho termine ou que a tarefa de cada um tenha sido cumprida.”

A “solução final”, em certos aspectos, é apenas um problema técnico, como a desinfecção quando há perigo de tifo: “Destruir os piolhos não decorre de uma concepção do mundo. É uma questão de higiene. [...] Logo não teremos mais piolhos.” (24 de abril de 1943) A metáfora do inseto a destruir aparece regularmente no campo do extermínio ideológico. Lenin já a usara. Mas Himmler, grande líder, diz isso para fortalecer e encorajar seu auditório. Ele sabe que não é tão simples, que falsos escrúpulos podem ser superados e que para se realizar um certo tipo de tarefa “é sempre preciso ter consciência do fato de que nos encontramos em um combate racial, primitivo, natural e original” (IPde dezembro de 1943). Esses quatro adjetivos descrevem de modo apropriado a característica da ética nazista.

Em seu discurso de 6 de outubro de 1943, Himmler enuncia sua concepção da solução final; “A frase ‘os judeus devem ser exterminados’ comporta poucas palavras, ela é dita rapidamente, senhores. Mas o que ela necessita da parte daqueles que a colocam em prática é o que há de mais árduo e de mais difícil no mundo.

Naturalmente, são judeus, não são senão judeus, é evidente; mas pensem no número de pessoas – mesmo de camaradas do partido – que dirigiram a não importa que serviço, ou a mim mesmo, estes famosos pedidos, dizendo que, claro, todos os judeus são porcos, exceto fulano ou sicrano, que são judeus decentes, aos quais não se deve fazer nada. Eu ouso dizer que, a julgar pelo número desses pedidos e pelo número dessas opiniões na Alemanha, há mais judeus decentes do que propriamente judeus. [...] Eu lhes peço então com insistência para simplesmente ouvir o que eu digo aqui neste círculo fechado, e nunca falem disso com ninguém. Foi-nos feita a seguinte pergunta: o que fazer com as mulheres e as crianças? – Eu decidi, e também neste caso, encontrei uma solução evidente. Eu não me sentia no direito de exterminar os homens – se vocês preferem, matá-los ou mandá-los matar – e deixar crescer as crianças que se vingariam em nossas crianças e em nossos descendentes. Foi preciso tomar a

grave decisão de fazer desaparecer esse povo da Terra. Foi, para a organização que teve de realizar essa tarefa, a coisa mais dura que já conhecera. Eu creio poder dizer que isso foi realizado sem que os nossos homens e os nossos oficiais tenham sofrido em seus corações ou em suas almas. Esse perigo era, no entanto, real. A via situada entre as duas possibilidades: tornar-se duro demais, agir sem coração e não respeitar mais a vida humana, ou então se tomar muito brando e perder a cabeça até ter crises de nervos – a via entre Caribde e Cila é desesperadamente estreita."

Este justo meio virtuoso que Himmler reclama foi, às vezes, atingido: vários grandes carrascos, de fato, foram ternos pais de família, maridos sentimentais. Ele exige que a "tarefa" seja realizada sem intervenção de motivos "egoístas", calmamente, sem fraqueza nervosa. Entregar-se à bebida, violar uma jovem, roubar os deportados, entregar-se a um sadismo inútil revela indisciplina, desordem, esquecimento do idealismo nazista, que são condenáveis e devem ser punidos.

A moral nazista impõe a busca da ordem que indica a natureza. Mas a ordem natural não é contemplada, mas sim deduzida do saber ideológico. O pólo do bem é representado pela "raça loura", o pólo do mal pela "raça judia". O combate cósmico terminará pela vitória de uma ou de outra.

Mas tudo isso é falso. Não há raças, no sentido em que o entendem os nazistas. O grande ariano alto e louro não existe, mesmo que se possam exibir alemães que sejam grandes e louros. O judeu, conforme eles o entendem, não existe, pois a representação racial que é feita pelo nazismo só tem relações de coincidência com a verdadeira identidade do povo da Aliança bíblica. O nazista crê ver a natureza, mas a natureza se esconde atrás do esquema interpretativo. A situação histórica e militar não é mais percebida sem deformação. Por causa de seu "nazismo", Hitler entra em guerra e, por causa do próprio nazismo, ele a perde. A superioridade de Stalin residiu em ter conseguido colocar sua ideologia de lado o tempo necessário para preparar a vitória. A ideologia leninista era "melhor" porque permitia essas pausas e autorizava uma paciência política de que o nazismo, impulsivo e convulsivo, se mostrou incapaz.

A ética nazista se manifestava como uma negação da tradição ética de toda a humanidade. No máximo alguns pensadores marginais ousaram lançar, por provocação estética, alguns de seus temas. De fato, o gênero de naturalismo que ela propõe, o super-homem, o sub-homem, o desejo de poder, o niilismo, o irracionalismo, fazem-na recair no terreno da estética. É o kitsch artístico que embriaga, as encenações de Nuremberg, a arquitetura colossal ao estilo de Speer,

o sombrio esplendor da força bruta. Enquanto moral, ela não pode produzir um correlato sério na História. Sua perversidade se torna evidente; ela não é universalizável: estas duas fraquezas se opõem à moral comunista.Isto explica o motivo de a moral nazista ter sido menos contagiosa que a moral comunista e de a destruição moral ter sido mais limitada. As raças “inferiores”, “sub-humanas”, viam nessa doutrina uma ameaça mortal iminente e não podiam ser tentadas. O próprio povo alemão, na medida em que seguiu Hitler, o fez mais por nacionalismo do que por nazismo. O nacionalismo, que é uma paixão natural, singularmente estimulada há dois séculos, forneceu às formações artificiais do regime nazista, como aliás às do regime comunista, sua energia, seu carburante. Alguns membros da elite alemã tinham apoiado a chegada ao poder do chanceler: o aristocratismo indolente das tropas hitleristas não tinha nada a ver com a antiga elite. Aquele que reivindicava Nietzsche caiu na armadilha, como todo mundo. Quanto à lealdade do corpo de oficiais, ela se explica pela tradição militar, reforçada por um pouco de kantismo ou de hegelianismo. Os soldados obedeceram como obedecem os soldados.

É por isso que a abordagem teórico-simbólica do nazismo, a destruição física do povo judeu, e depois, por ordem hierárquica, a dos outros povos, foi um segredo, e dos mais bem guardados, do Reich. A “Noite de Cristal”, que foi um teste, uma tentativa para convocar e unir o povo alemão no grande projeto, não se constituiu um sucesso político. Hitler também decidiu construir fora dos territórios da Alemanha histórica os seis grandes centros de extermínio.

O desgaste moral nazista pode ser descrito em círculos concêntricos em torno de um núcleo central que os propósitos citados por Himmler permitem imaginar. Ele é formado por aqueles que se converteram plenamente ao nazismo. Eles são pouco numerosos. É o coração do partido, o coração da Waffen-SS, o coração da Gestapo. Os executores do extermínio são ainda menos numerosos. Não tinham necessidade de sê-lo: o alto desenvolvimento industrial e tecnológico alemão permitia economia de mão-de-obra. Algumas centenas de SS que governavam os campos da morte delegavam as tarefas “manuais” às próprias vítimas. Os Einsatzgruppen eram recrutados sem qualificação prévia. Percebeu-se que eles poderiam teoricamente abandonar esse corpo de assassinos. Mas grandes problemas os esperavam então, o primeiro dos quais o de combater na frente soviética. Esses homens eram, ou tinham se tornado, monstros. Não é certo que todos eles tinham feito adesão à ideologia nazista. Em toda população é fácil recrutar tantos torturadores e assassinos quanto se necessita. O verniz ideológico facilitava sua vocação ou lhes permitia desabrocharem. Já

observamos que a atividade das Einsatzgruppen não podia ser ignorada pela Wehrmacht, em cuja sombra elas operavam; que o destino dos trens, a liquidação dos guetos, não deixavam muita margem a suposições; que, apesar da no man's land que envolvia os campos da morte, alguma coisa terminava por transparecer. Hillberg escreve que o segredo era "um segredo conhecido por todo mundo". O que é, sem dúvida, verdade, mas é preciso considerar dois pontos.Um segredo conhecido por todo mundo não é a mesma coisa que uma política proclamada e um fato público. Os alemães seguiam, por disciplina militar e cívica, por nacionalismo, por medo, por impotência em conceber ou em realizar um ato de resistência. O segredo, mesmo ventilado, livrava-os da responsabilidade moral imediata, ou pelo menos permitia desviar, voltar a cabeça para outro lado, fazer como se tudo aquilo não existisse. Sob o nazismo subsistia uma sociedade que vivia sobre as relíquias do direito. O corpo de oficiais compreendia um número de homens que permaneciam fiéis aos cânones da guerra e se esforçavam, com maior ou menos sucesso, para manter uma certa honra. Porque a propriedade não tinha sido ainda eliminada, uma sociedade civil sobrevivia. O filme A lista de Schindler repousa no fato de que podia existir, na Alemanha, um proprietário de empresa em condições de recrutar e de abrigar uma mão-de-obra judia. Desde os primeiros anos do comunismo, algo desse tipo não era mais concebível na Rússia.

O conteúdo do segredo não era algo em que poderia crer um espírito normalmente constituído. O fato de que uma grande parte da Alemanha vivia ainda em uma sociedade e sob uma moral naturais, e de não avaliar bem o que a esperava, tornava mais difícil acreditar na realidade do que lhe escondiam, na consistência das suspeitas, na evidência dos indícios. Os próprios judeus, que tinham passado pela expropriação, concentração, deportação, quando chegavam diante das câmaras de gás ainda não podiam acreditar.

A pedagogia nazista teve apenas alguns anos de exercício. Quando a Alemanha foi ocupada, o nazismo rapidamente se evaporou – pelo menos na zona ocidental; no leste, ele foi, em parte, utilizado de novo. Em primeiro lugar porque foi julgado e condenado por todas as justiças alemãs e internacionais. Em seguida, porque a maioria da população não tinha ficado profundamente impregnada. Enfim, porque os próprios nazistas, despertos, não viam nitidamente a relação entre o que eles tinham sido sob a influência mágica da ideologia e o que eles eram agora que essa influência tinha se dissipado. Eichmann voltou à sua natureza básica de quadro médio, o que ele era antes e o que teria sido depois se não tivesse sido preso e condenado. Punição que ele

recebeu de forma passiva, conforme seu caráter apagado. Os fatos relatados, como mostrou com razão Hannah Arendt, eram incomensuráveis para a consciência estreita daquele ser banal.

A falsificação comunista do bem

O comunismo é moral. O imperativo moral sustenta toda a pré-história do bolchevismo (o socialismo francês e alemão, o populismo russo), e sua vitória é celebrada como uma vitória do bem. A estética não predomina sobre a ética. O nazista se acha um artista; o comunista, um virtuoso.

O fundamento dessa moral está no sistema interpretativo. Ela é deduzida do saber. A natureza primitiva, afirma ele, não é a natureza hierarquizada, cruel, implacável com que se encanta o homem superior nazista. Ela se parece com a natureza boa de Rousseau. Ela se perdeu, mas o socialismo a recriará, levando-a a um nível superior. O homem se realizará completamente nela. Trotski afirmava que o nível de base da humanidade nova seria Michelangelo e Leonardo da Vinci. O comunismo democratiza o super-homem.

O progresso natural é um progresso histórico, pois o materialismo histórico e dialético garante a unidade entre a natureza e a história. O comunismo faz seu o grande tema do Iluminismo, o Progresso, em oposição, então, aos temas da decadência que assombram o nazismo; mas progresso dramático, que passa por imensas e inevitáveis destruições. Reconhecemos aqui vestígios do pantragismo hegeliano e sobretudo do darwinismo árduo da luta pela sobrevivência aplicada à sociedade. As “relações sociais de produção” (“escravismo”, “feudalismo”, “capitalismo”) se sucedem à maneira dos grandes reinos no mundo animal, como os mamíferos sucedem aos répteis. É um terreno de acordo secreto entre o nazismo e o comunismo: não se chora sobre o leite derramado; não se faz omelete sem quebrar os ovos; quando o gato sai, os ratos fazem a festa, todas expressões familiares a Stalin. De um lado e do outro, a história é dona da verdade. O nazismo restabelecerá o mundo em sua beleza; o comunismo, em sua bondade.

O restabelecimento depende da vontade humana iluminada pela ideologia. O leninismo, mais claramente ainda que o nazismo, obedece ao esquema gnóstico dos dois princípios antagônicos e dos três tempos. No momento inicial era a comuna primitiva; no momento futuro será o comunismo, e hoje é o momento da luta entre os dois princípios. As forças que fazem “avançar” são boas; as que “atrasam”, ruins. A ideologia (cientificamente garantida) designa o

princípio ruim. Não se trata de uma entidade biológica (a raça inferior), mas social, que se tece na realidade em toda a sociedade: a propriedade, o capitalismo, o complexo dos costumes, do direito, da cultura que se eleva sobre o princípio ruim e que resume a expressão “o espírito do capitalismo”. Aqueles que compreenderam os três momentos e os dois princípios, que conhecem a essência da ordem natural e histórica, e que conhecem o sentido de sua evolução e os meios para acelerá-la, reagrupam-se e formam o partido.

É bom então o conjunto dos meios que fazem advir o fim que o revolucionário prevê. Como o processo é tão natural quanto histórico, a destruição da velha ordem é em si uma possibilidade para fazer advir o novo. A fórmula de Bakunin, que resumia o que ele tinha compreendido de Hegel, é a máxima do bolchevismo: o espírito de destruição é o mesmo que o espírito de criação. Na pré-história do bolchevismo, os heróis narodnik eram muito conscientes da revolução moral que suas concepções continham. Tchemychevski, Netchaiev e Tkatchev desenvolveram uma literatura do “homem novo”, de que Dostoievski satirizou e de que ele compreendeu o sentido metafísico. O homem novo é aquele que faz sua a nova moral de dedicação absoluta aos fins, que se dedica a expulsar de si mesmo os restos da velha moral, aquela que os “inimigos de classe” propagam para perpetuar o seu domínio. Lenin canonizou a ética comunista, e Trotski escreveu um pequeno livro cujo título já diz tudo: A moral deles e a nossa.

O fato assustador é que essa ruptura moral não é percebida por todos de fora desse meio revolucionário. De fato, para descrever a nova moral, o comunismo serve-se de palavras da velha: justiça, igualdade, liberdade... É fato que o mundo que ele se apresta a destruir está repleto de injustiça e de opressão. Os homens de bem não podem deixar de aceitar que os comunistas denunciam esses males com extremo vigor. Eles concordam que a justiça distributiva não é respeitada. Guiando-se pela ideia de justiça, o homem de bem busca promover uma melhor distribuição das riquezas. Para o comunista, a ideia de justiça não consiste numa divisão “justa”, e sim no estabelecimento do socialismo, na supressão da propriedade privada, anulando assim todo tipo de divisão, a própria divisão e, enfim, o direito das partes. Os comunistas dedicam-se a fazer nascer a consciência da desigualdade, não tendo como objetivo fazer constatar uma falta de direito, mas fazer desejar uma sociedade em que a regulação não passará pelo direito. Da mesma forma, a ideia comunista de liberdade tem por fim estimular a consciência de uma opressão onde o indivíduo, vítima da alienação capitalista, crê ser livre. Finalmente, todas as palavras que servem para expressar as

modalidades do bem – justiça, liberdade, humanidade, bondade, generosidade, realização – são instrumentalizadas em vista do fim único, que contém todas elas e as realiza: comunismo. Do ponto de vista da ideia comunista, essas palavras mantêm com as antigas apenas uma relação de homonímia. Havia, no entanto, critérios simples que deveriam ter dissipado essas confusões.

Eu chamo de moral natural ou comum aquela à qual se referem os sábios da Antiguidade, e também os da China, da índia ou da África. No mundo constituído pela Bíblia, essa moral é resumida na segunda tábua dos mandamentos de Moisés. A ética comunista opõe-se a ela de forma frontal e muito consciente. Ela se propõe a destruir a propriedade e, com ela, o direito e a liberdade que se vinculam a ela, e reformar a ordem familiar. Ela se dá o direito de todos os meios de mentira e de violência para derrubar a velha ordem e fazer surgir a nova. Ela transgride abertamente, em seu princípio, o quinto mandamento (“honrarás pai e mãe”), o sexto (“não matarás”), o sétimo (“não cometerás adultério”), o oitavo (“não roubarás”), o nono (“não darás falso testemunho contra teu próximo”) e o décimo (“não cobiçarás a mulher do próximo”).

Não é absolutamente necessário crer na revelação bíblica para aceitar o espírito desses preceitos que se encontram em todo o mundo. A maioria dos homens considera que existem comportamentos que são verdadeiros e bons porque correspondem ao que eles conhecem das estruturas do universo. O comunismo concebe um outro universo e vincula a ele sua moral. É por isso que ele recusa não só os preceitos, mas também seu fundamento, o mundo natural. Dizíamos que a moral comunista baseia-se na natureza e na história; é falso. Baseia-se numa supernatureza que não existe e numa História sem verdade.

“O regime soviético”, escreveu Raymond Aron, em Democracia e totalitarismo “originou-se de uma vontade revolucionária inspirada em um ideal humanitário. O objetivo era o de criar o regime mais humano que a História já tivesse conhecido, o primeiro regime em que todos os homens poderiam ter acesso à humanidade, em que as classes teriam desaparecido, em que a homogeneidade da sociedade permitiria o reconhecimento recíproco dos cidadãos. Mas esse movimento tendeu para um fim absoluto, não hesitando diante de qualquer meio, porque, segundo a doutrina, apenas a violência poderia criar essa sociedade absolutamente boa, e o proletariado estava engajado numa guerra impiedosa contra o capitalismo. Dessa combinação entre um fim último e uma técnica impiedosa surgiram as diferentes fases do regime soviético.”

Estas linhas refletem, com toda a clareza possível, a ambigüidade e o

engodo do comunismo. Pois o que é chamado de humano e de humanitário é, de fato, o sobre-humano e o sobre-humanitário que promete a ideologia. O humano e o humanitário não têm nem direito nem futuro. As classes não se reconciliam, elas desaparecem. A sociedade não se torna homogênea, ela é destruída em sua autonomia e em sua dinâmica própria. Não é o proletariado que faz a guerra ao capitalismo, é a seita ideológica que fala e age em seu nome. Enfim, o capitalismo só existe por oposição a um socialismo não existente senão na ideologia, e, em conseqüência, o conceito de capitalismo é inadequado para descrever a realidade que deve ser derrubada. O objetivo não é sublime: ele assume as cores do sublime. O meio, que é matar, se toma o único fim possível.

Ao fim de um longo e admirável paralelo entre o nazismo e o comunismo, Raymond Aron escreve: “Eu manterei, no ponto de chegada, que, entre esses dois fenômenos, a diferença é essencial, quaisquer que sejam as similitudes. A diferença é essencial à causa da ideia que anima os dois empreendimentos. Num caso, o ponto de chegada é o campo de trabalho; no outro, a câmara de gás. Num caso, é a vontade de construir um regime novo e talvez um outro homem, não importando quais os meios; no outro, uma vontade propriamente demoníaca de destruição de uma pseudo-raça.”

Eu também admito a diferença na base de argumentos que exporei mais adiante. Aqueles que são mencionados aqui não me convencem. O nazismo também projetava um regime novo e um homem novo, não importando quais os meios. Não é possível decidir qual o mais demoníaco: destruir uma pseudo-raça, inclusive a “superior”, porque elas são todas poluídas; ou destruir uma pseudoclasse e, depois, sucessivamente, as outras, todas contaminadas pelo espírito do capitalismo.

Raymond Aron, enfim, conclui: “Se eu tivesse que resumir o sentido de cada uma dessas empresas, acho que estas são as fórmulas que eu sugeriria: a propósito da empresa soviética, eu recordaria a fórmula banal ‘quem quer se passar por anjo, passa por animal’; a propósito da empresa hitlerista, eu diria: ‘O homem erraria ao se colocar como objetivo assemelhar-se a um animal de rapina, porque ele o conseguiria perfeitamente’.”

É melhor ser um animal que se passa por anjo ou ser um homem que se faz de animal, tendo-se confessado que todos os dois são de “rapina”? E impossível decidir. No primeiro caso, o grau de mentira é maior e a sedução mais atraente. A falsificação do bem é mais profunda, dado que o crime se assemelha mais ao bem do que o crime do nazismo, o que permite ao comunismo difundir-se mais amplamente e tocar corações que teriam recuado diante de uma vocação SS.

Tomar maus homens bons talvez seja mais demoníaco que tornar pior homens já maus. O argumento de Raymond Aron vincula-se à diferença de intenções. A intenção nazista contradiz a ideia universal do bem. A intenção comunista perverte-a, pois ela tem um jeito bom e permite a muitas almas desatentas aderir ao projeto. O projeto sendo inacessivel, só restam, para qualificar o julgamento moral, os meios, que, sendo impotentes para atingir o seu fim, tornam-se o fim efetivo. Agregando-se ao crime, a mentira o torna mais tentador e mais perigoso.

Mais tentador: o comunismo leninista rouba a herança de um ideal muito antigo. Nem todos estão em condição de discernir, no momento da adesão, a corrupção que ele operou. Acontece que se permanece por muito tempo comunista, até toda a vida, sem se dar conta disso. A confusão da velha moral (comum) com a nova nunca é completamente dissipada. Se bem que ainda resta nos partidos comunistas uma proporção de “gente boa”, que resiste à deterioração moral e cuja presença joga a favor da anistia coletiva. O ex-comunista é mais facilmente perdoado do que o ex-nazista, já que este é suspeito de ter, desde sua adesão, rompido conscientemente com a moral comum.

Mais perigoso porque a educação comunista é insidiosa, progressiva, e transforma em bons os atos ruins que ela faz cometer. Mais perigoso também por ser imprevisível com as suas futuras vítimas. Todo mundo, de fato, pode assumir virtualmente, de um momento para o outro, a qualidade do inimigo. O nazismo designava por antecipação seus inimigos. Ele lhes atribuía uma natureza fantástica sem relação com a verdadeira, mas por trás do sub-homem havia um judeu real, por trás do eslavo desprezível um polonês ou um ucraniano de carne e osso. Aqueles que não eram nem judeus nem eslavos dispunham de um sursis. O universalismo, que é, antes da tomada do poder, a grande superioridade do comunismo sobre o exclusivismo nazista, se torna, uma vez no poder, uma ameaça universal. O capitalismo, como esta palavra é empregada, só tem uma existência ideológica, e não há categoria da humanidade que não possa cair sob a maldição que se abate sobre ele: o camponês “médio” e “pobre”, a intelligentsia, o “proletariado”, o próprio partido, enfim. Todos podem ser contaminados pelo espírito do capitalismo. Ninguém está a salvo da suspeita.

Com um certo realismo, os líderes nazistas prometiam sangue e lágrimas, previam um combate mortal para restabelecer a humanidade em sua correta ordem racial. Ao contrário, Lenin achava que os tempos estavam maduros e que a escatologia se realizaria assim que o “capitalismo” tivesse sido derrubado. A revolução iria inflamar o mundo inteiro. Uma vez expropriados os expropriadores, os quadros do socialismo iriam espontaneamente ocupar seu

lugar. Mas nada disso se passou em seguida ao 7 de novembro de 1917, e a cortina subiu sobre um palco vazio. Para onde foram o proletariado, o campesinato pobre e médio, o internacionalismo proletário? Lenin está sozinho com seu partido, alguns guardas vermelhos, em um mundo hostil ou indiferente. No entanto, o marxismo-leninismo é científico. É preciso então que a experiência prove a teoria. Como o capitalismo foi derrubado, é necessário que o socialismo chegue. Como, aparentemente, ele não chega, resta construí-lo segundo as linhas indicadas pela teoria e verificar que em cada momento o resultado será conforme a previsão. Assim se constrói, pedra sobre pedra, um universo falso que se supõe que deveria substituir o verdadeiro. Assim se torna espessa uma atmosfera de mentira generalizada, à medida que os fatos se afastam das palavras encarregadas de descrevê-los. O bem se afirma freneticamente para negar a realidade do mal.

É principalmente por esta via que se produz a destruição moral no regime comunista. Como no regime nazista, ela se estende em círculos concêntricos em torno do núcleo inicial.

No centro se encontra o partido, e, no partido, seu círculo dirigente. Nos primeiros tempos do poder, ele ainda está sob o domínio total da ideologia. Nesse momento é que ele se dedica a eliminar “o inimigo de classe”. Em uma intoxicação absoluta da consciência moral, ele destrói em nome da utopia categorias inteiras de pessoas. Uma olhada retrospectiva mostra que, nos casos russo, coreano, chinês, romeno, polonês, cambojano, esta sangria inicial foi uma das mais importantes da história desses regimes: às vezes da ordem de 10% da população, ou até mais do que isso.

Quando parece que o sonho utópico já não se realizará, que a dizimação propiciatória não serviu para nada, observa-se um deslizamento da utopia para a simples conservação do poder. O inimigo objetivo estando já exterminado, é preciso cuidado para que não se reconstitua, até mesmo para que não reapareça nas fileiras do próprio partido. É o momento de um segundo terror, que parece absurdo porque não responde a uma resistência social e política, e visa a um controle total de todos os homens e de todos os pensamentos. O medo então se torna universal, ele se alastra no próprio partido, onde cada membro se sente ameaçado. Todo mundo denuncia todo mundo; todo mundo trai em cadeia.

Depois vem o terceiro estágio, o partido previne-se contra o expurgo permanente. Ele se contenta com uma gestão rotineira do poder e de sua segurança. Ele não crê mais na ideologia, mas continua a falar sua linguagem, e cuida para que essa linguagem, que ele sabe que é mentirosa, seja a única falada,

pois ela é o sinal de sua dominação. Ele acumula os privilégios e as vantagens; transforma-se em casta. Ele entra em uma corrupção generalizada. Entre o povo, não se comparam mais seus membros a lobos, mas a porcos.

A periferia é constituída pelo restante da população. Na sua totalidade, de fato, esta é imediatamente convocada e mobilizada para a construção do socialismo. Ainda na sua totalidade ela sofre a ameaça, ela está exposta à mentira, ela é solicitada a participar do crime.

Ela está, antes de tudo, fechada. Todo governo comunista fecha as fronteiras, esse é um de seus primeiros atos. Os nazistas, até 1939, autorizavam as partidas, a troco de resgate. A "pureza" da Alemanha ganhava com isso. Mas jamais os comunistas. Eles têm necessidade do fechamento absoluto das fronteiras para proteger o segredo de suas matanças, de seu fracasso; mas, sobretudo, porque o país supostamente se tornou uma vasta escola em que todos devem receber a educação que extirpará o espírito do capitalismo e filtrará, em seu lugar, o espírito socialista.

O segundo passo é conttolar a informação. A população não deve saber o que se passa fora do campo socialista. Ela não deve tampouco saber o que se passa dentro. Ela não deve conhecer seu passado. Ela não deve conhecer seu presente: somente seu futuro radioso.

O terceiro é substituir a realidade por uma pseudo-realidade. Todo um corpo especializado no falso produz falsos jornalistas, falsos historiadores, uma falsa literatura, uma falsa arte que finge refletir fotograficamente uma realidade fictícia. Uma falsa economia produz estatísticas imaginárias. Acontece às vezes que as necessidades da cenografia chegam à adoção de medidas de estilo nazista. Assim, na URSS, os mutilados de guerra e do trabalho eram afastados da vista do público, transportados para asilos longínquos onde eles não chamavam mais atenção. Na Coréia, recordemos, são os anões, cuja "raça" deve desaparecer, que são deportados e impedidos de procriar. A construção dessa cenografia ocupa milhões de homens. Para que serve isso? Para provar que o socialismo não só é possível, mas que se constrói, se afirma, mais do que isso, que já está realizado: que existe uma sociedade nova, livre, auto-regulamentada, em que crescem os "homens novos" que pensam e agem espontaneamente conforme os cânones da realidade-ficção. O instrumento mais poderoso do poder é a confecção de um novo idioma em que as palavras assumem um sentido diferente do habitual. Sua elocução, seu vocabulário especial lhe dão o valor de uma linguagem litúrgica: ela denota a transcendência do socialismo. Ela assinala a onipotência do partido. Seu emprego pelo povo é a marca imediatamente visível de sua servidão.

No começo, uma parte importante da população recebe de boa-fé a pedagogia da mentira. Ela entra na nova moral com seu patrimônio moral antigo. Ela ama os dirigentes que lhe prometem a felicidade, ela crê que é feliz. Ela pensa viver na justiça. Ela detesta os inimigos do socialismo, ela os denuncia, aprova que eles sejam expropriados, que sejam mortos. Ela apóia seu extermínio com dureza. Ela participa do crime sem se dar conta. Ao mesmo tempo, ela se embrutece por ignorância, desinformação, raciocínios falsos. Ela perde suas referências intelectuais e suas referências morais.

A incapacidade de distinguir o comunismo do ideal moral comum faz com que, quando seu sentimento de justiça é ferido, ela atribua o abuso ao inimigo externo. Até a queda do comunismo, na Rússia, era freqüente os homens que sofriam maus-tratos pelos policiais ou pelos militantes os tratarem de “fascistas”. Não passava chamar-lhes por seu verdadeiro nome – comunistas.

E a vida, na cenografia socialista, em vez de se tornar “mais alegre, mais feliz”, como dizia Stalin, enfaticamente, em pleno “grande expurgo”, se torna mais sinistra, mais lúgubre. O medo invade tudo e é preciso sobreviver. O aviltamento moral, até ali inconsciente, penetra na consciência. O povo socialista, que fazia o mal acreditando que fazia o bem, sabe agora que o faz. Ele denuncia, rouba, se humilha, se torna mau, covarde e tem vergonha. O regime comunista não esconde seus crimes, como fez o nazismo; ele os proclama, convida a população a se associar a eles. Cada condenação é seguida de uma reunião de aprovação. O acusado é publicamente renegado por seus camaradas, sua mulher, seus filhos. Estes se unem à cerimônia por medo, por interesse. O stakhanovismo entusiasta dos primeiros tempos – se ele chegou a existir foi apenas como elemento cenográfico – é revelado no Homo sovieticus como um indolente, servil, imbecil. As mulheres sentem horror pelos homens. As crianças por seus pais, e sentem que se tornam aos poucos como eles.

O último estágio nos é descrito pelos escritores do fim do sovietismo, Erofeev, Zinoviev. Os sentimentos mais difundidos são o desespero e a repugnância de si mesmo. Resta aproveitar-se dos prazeres específicos que esse regime proporciona: a irresponsabilidade, a preguiça, a passividade vegetativa. Não vale mais a pena praticar o duplo pensamento, procura-se na verdade não pensar em nada. As pessoas se fecham sobre si mesmas. O sentimentalismo choroso, a selppity são uma maneira, como fazem os bêbados, de tomar os outros testemunhas de sua degradação. Estamos sempre no “ratorium" de Zinoviev, na luta hobbesiana de todos contra todos, mas com muito pouca energia. Zinoviev estimava que o Homo sovieticus era o produto de uma

mutação irreversível da espécie. Provavelmente um erro.

Não há lugar protegido para escapar à pedagogia da mentira. Os quadros sociais da velha sociedade foram destruídos, juntamente com a propriedade, e substituídos por novos quadros que são outras tantas escolas e lugares de vigilância: o kolkhoz, a comuna popular chinesa para o camponês, o "sindicato" para o operário, as "Uniões" para o escritor e o artista. Pode-se descrever a história desses regimes como uma corrida permanente para o controle universal e, do lado dos indivíduos, como uma corrida perdida para encontrar refúgios ou pelo menos alguns recantos. Eles sempre existiram. Foi assim que na Rússia algumas famílias da velha intelligemsia souberam preservar suas tradições. Um Andrei Sakharov apareceu. Nas universidades, houve cátedras mais ou menos tranqüilas de assiriologia ou de filologia grega. Nas igrejas subjugadas, golpes de ar puro. No fim do regime, eram encontrados em Moscou pequenos grupos de jovens que, tendo recuperado a vida moral e intelectual, viviam voluntariamente de expedientes, não pegando nenhum trabalho, não brigando por nenhum posto, reduzindo ao mínimo os contatos com o exterior soviético. Eles se mantiveram assim até o fim.

No império soviético, o espírito reeducativo do comunista deter-se-ia na porta do campo. Para os nazistas, a conversão não tinha lugar, mas os bolcheviques praticamente renunciaram a converter os presos. Se bem que Soljenitsyn tenha podido afirmar que o campo era, apesar de seu horror, um lugar de liberdade intelectual e de respiração espiritual. O comunismo asiático fez dele, ao contrário, o lugar em que a pedagogia se exerce da maneira mais obsessiva, mais torturante. As autoridades observam o progresso do preso. Ele só sairá morto ou reeducado.

Avaliação

Pode-se tentar, nos limites que impõe o ponto de vista histórico, avaliar comparativamente a destruição moral produzida neste século pelo nazismo e pelo comunismo.

Por destruição moral, não entendo a desestruturação dos costumes, no sentido em que reclamam desde sempre as pessoas velhas olhando os costumes dos mais jovens. Eu não quero tampouco fazer um juízo sobre este século em comparação com outros. Não há nenhuma razão filosófica para pensar que o homem tenha sido mais virtuoso ou menos virtuoso. Resta que o comunismo e o nazismo buscaram mudar, agindo sobre os costumes, a regra moral, a

consciência do bem e do mal. Por causa disso, algumas coisas que a experiência humana jamais tinha registrado foram cometidas.

Apesar de a intensidade no crime ser levada pelo nazismo a um grau que o comunismo talvez jamais se igualou, deve-se, no entanto, afirmar que este último a levou a uma destruição moral mais extensa e mais profunda. Por duas razões.

Em primeiro lugar, porque a obrigação de interiorizar a nova regra moral se estende à população inteira submetida à reeducação. As testemunhas nos dizem que esta interiorização obrigatória é a parte mais insuportável da opressão comunista: que todo o resto – a ausência das liberdades políticas e civis, a vigilância policial, a repressão física, o próprio medo – não é nada ao lado desta pedagogia mutilante, que se torna louca porque contradiz as evidências dos sentidos e do entendimento. Que toda a panóplia das “medidas” e dos “órgãos” lhe está finalmente subordinada. Como o comunismo, à diferença do nazismo, teve o tempo para ele, a pedagogia foi até o fim. Sua queda ou sua retirada de cena deixaram como herança uma humanidade arruinada, e o envenenamento das almas é mais difícil de ser expurgado que na Alemanha, que, afetada por uma alienação temporária, despertou de seu pesadelo pronta para o trabalho, o exame de consciência e o arrependimento purificador.Em seguida, porque a confusão permanece insuperável entre a moral comum e a moral comunista, esta se escondendo atrás daquela, tornando-se parasita dela, gangrenando-a, fazendo dela o instrumento de seu contágio. Um exemplo recente: nas discussões que se seguiram à publicação do Livro Negro, um editorialista do L’Humanité declarou à televisão que os oitenta milhões de mortos não manchavam em nada o ideal comunista. Eles representavam apenas um lamentável desvio. Depois de Auschwitz, continuou ele, não se pode ser mais nazista; mas depois dos campos soviéticos, pode-se continuar sendo comunista. Esse homem que falava com consciência não se dava de forma alguma conta de que ele acabava de formular sua mais fatal condenação. Ele não percebia que a ideia comunista tinha pervertido de tal forma o princípio de realidade e o princípio moral, que ela não poderia de fato sobreviver a oitenta milhões de cadáveres, ao passo que a ideia nazista tinha sucumbido sob os seus. Acreditando falar como um homem muito honesto, idealista e intransigente, ele tinha pronunciado uma palavra monstruosa. O comunismo é mais perverso que o nazismo porque ele não pede ao homem que atue conscientemente como um criminoso, mas, ao contrário, se serve do espírito de justiça e de bondade que se estendeu por toda a terra para difundir em toda a terra o mal. Cada experiência comunista é recomeçada na inocência.

Capítulo III

A DESTRUIÇÃO DO POLÍTICO

Analisei a destruição das pessoas em sua natureza corporal, em sua natureza moral de seres humanos capazes de discernirem entre o bem e o mal. E preciso ainda encará-la em sua natureza política, isto é, em sua capacidade de estabelecer entre si vínculos familiares, sociais, relações organizadas de governantes e governados, a fim de constituir uma cidade, um Estado.

A política de destruição do político

Antes de tomar o poder e, para tomá-lo, os partidos comunistas e os nazistas utilizam todos os meios da política. Eles se instalam no jogo político, apesar de eles mesmos, segundo seus próprios critérios e sua disciplina interna, se colocarem fora do jogo. Por exemplo, quando o partido bolchevique reivindica a terra para os camponeses e a paz imediata, não é para se contentar com o êxito dessas duas reivindicações. Trata-se de colocar os camponeses e os soldados do seu lado a fim de lançar o processo revolucionário. Feita a revolução, a terra é expropriada dos camponeses e a guerra está ativamente preparada sem que o partido veja nisso a menor contradição. Nenhuma ação termina no objetivo que ela atinge. Ela é englobada em um movimento indefinido e só existe para propiciar uma outra ação situada para além do limite proclamado.

Uma vez no poder, a política do partido fica mais do que nunca voltada para a destruição do político. As formas orgânicas da vida social, a família (se o poder tem a força para isso, mas ela resiste por todos os lados, não sem se desgastar e se degradar), as classes, os grupos de interesse, os corpos constituídos são suprimidos. As pessoas, a partir de agora privadas de todo direito de associação, de agregação espontânea, de representação, reduzidas à condição de átomos, são colocadas num novo enquadramento. Este enquadramento se modela sobre aquele que deveria existir se o socialismo existisse como sociedade. Ele assume então o nome de sovietes, de uniões, de comunas. Como o socialismo só existe virtualmente, esse enquadramento só existe como coação. E a oportunidade política que decide se os novos quadros devem expressar por seu nome o socialismo virtual ou, bem se lhe convém,

deixar-lhes seu antigo nome para fazer crer que o velho mundo ainda é, de alguma maneira, atual: lhes darão o nome de sindicatos, de academias, de parlamentos, de cooperativas, a homonímia podendo ser "explorada politicamente". Quantas delegações de parlamentares ou prefeituras ocidentais são assim enganadas porque acreditam ter sido recebidas por parlamentares e vereadores, e não por funcionários do partido que tinham se apropriado desses nomes!

O partido nazista imitou sumariamente a destruição comunista do político. Ele também tomou o poder escon dendo seus objetivos reais, enganando seus aliados provisórios (da direita conservadora) para em seguida liquidá-los. Ele também criou quadros novos e integrou neles a juventude e as "massas". Não era necessário para seus objetivos destruir imediatamente os velhos. Contentou-se em neutralizálos e submetê-los. Sobreviveram assim no nazismo os empresários, um mercado, juizes, funcionários do tipo antigo que já tinham um posto, que não foram mudados, que continuaram a se orientar pelas velhas regras. A seguir veio a guerra, que acentuou e acelerou o controle nazista. Não sabemos o que teria acontecido se ela tivesse sido ganha.

O resco do político

O Führerprinzip era uma peça essencial do retorno à natureza como o concebia o nazismo. A trama social deveria se organizar em torno de uma hierarquia de chefes leais, devotados ao Reich, ligados por um juramento, e isto até o fundo da escala a partir do chefe supremo, cuja exaltação era coerente com o espírito do sistema.

O partido comunista também era hierarquizado, mas em princípio numa base democrática e eleitoral. De fato, a originalidade do partido de Lenin residiu no fato de que desde a sua fundação o centro designava à "base" aqueles que deveria eleger, de tal modo que a eleição democrática se tornava simplesmente um teste do poder absoluto do centro. E que a consciência gnóstica, o saber científico fundador do partido, se concentrava teoricamente no organismo dirigente e se difundia a partir desse ponto para a "base", que, remetendo o poder para o "centro", manifestava seu progresso na assimilação da doutrina e da "linha". Viu-se, então, aumentar um culto ao chefe desde os tempos de Lenin e que chegou ao seu apogeu com Stalin. O culto subsistiu, mas, no tempo de Brejnev, o ídolo mostrava as suas fraquezas. O culto do chefe é contrário à doutrina comunista, e os puristas trotskistas recusam-no com indignação. Mas

trata-se de um reaparecimento da natureza real em um sistema fundado numa sobrenatureza irreal. Está mais de acordo com o caráter humano de venerar seu semelhante do que um corpo abstrato de doutrina evidentemente falso.

Assim, na única forma em que os poderes comunista e nazista encarnavam nas pessoas reais, subsistia um resto de político no seio do partido, única organização real sobrevivente. A política se reduz ao que Montesquieu imaginava do palácio otomano ou persa: uma mistura de ódio e de intriga entre pessoas e clãs precariamente unidos em vista do poder pessoal, justificado ou não por uma mudança de linha no interior da mesma política de conjunto. Trotski, Bukharin, Zinoviev, Stalin buscavam o mesmo objetivo: o socialismo; mas seria necessário que um ou outro fosse o número um. Sucederam-se, então, em circuito fechado as traições e os assassinatos.

A utopia

A atividade incansável, astuciosa, às vezes frenética do centro dirigente só pode ser qualificada de política, porque ela é submetida à realização de uma utopia.

Os dois regimes se referem a um passado mítico sobre o qual se modela um futuro imaginário. Antigamente, houve o tempo dos arianos, os melhores segundo a natureza: amanhã os germanos reinarão novamente e, sobre eles, os mais puros. O comunismo insiste menos na restauração do passado – a comuna primitiva – do que sobre sua reprodução a um "nível superior". E preciso então dar um espaço maior à velha noção de progresso, herdada do lluminismo e dramatizada pelo Romantismo. A ideia de Marx, segundo as palavras de Raymond Aron, era ir de Rousseau a Rousseau, passando por Saint-Simon, isto é, pelo progresso técnico e industrial. O hitlerismo é voluntarista: é apenas a obra demiúrgica da vontade que pode restaurar a boa selva, em equilíbrio biológico. O leninismo conta com o automovimento da história para dar à luz a Arcádia moderna (com a eletricidade e a abundância), Aufhebung da Arcádia primitiva. Mas o auto-movimento produz naturalmente o Partido, que é o instrumento desse parto. O voluntarismo é também necessário, mas ele é ao mesmo tempo exaltado e negado, uma vez que o partido encarna apenas a consciência da necessidade, que se confunde (e Lenin invoca Spinoza!) com a liberdade.

Entre esse passado fabuloso e esse futuro ideal, o tempo presente não tem valor próprio. A arte política, enquanto consiste em ordenar o presente, gerindo

cuidadosamente a herança do passado considerado precioso e vivo, guiando-se por previsões curtas e sem pretensão a longo prazo, não tem nenhum sentido para uma direção nazista ou comunista. O passado próximo é o inimigo, o presente não conta, tudo fica submetido ao futuro escatológico, aos fins últimos.

Os fins ilimitados do nazismo

É preciso perguntar-se se o campo de expansão e de ação do nazismo podia se limitar ou se era ilimitado por natureza. A política de apaziguamento conduzida por Chamberlain, e em certa medida a política de divisão seguida por Stalin em 1940, repousavam sobre a hipótese de que Hitler poderia se satisfazer com o que já havia obtido. Não havia ele rasgado o Tratado de Versalhes, adquirido suficientemente "terras a Leste" para não faltarem ocupações durante alguns anos? Tendo reorganizado a Alemanha, eliminado os inaptos, os judeus, os inferiores, ele tinha necessidade de ir mais longe. Para conquistar a Polônia, ele correu o risco da guerra mundial. É provável que ele não tivesse visto aonde o seu plano o conduzia. Mas aceitou suas conseqüências, como que levado por um destino superior, e deu incessantemente continuidade ao jogo. O único parceiro com quem poderia ter chegado a uma divisão duradoura do mundo era Stalin, que, atribuindo a Hitler uma racionalidade análoga à sua e consciente do vínculo natural entre os dois regimes, tinha toda a razão em confiar na aliança. Mas Hitler o traiu, e Stalin jamais conseguiu compreender por quê. Em seguida, com uma leviandade incompreensível, declarou guerra aos Estados Unidos. A partir daquele momento, ele estava comprometido em um jogo que ou lhe daria a vitória e o domínio do mundo, ou a derrota e a ruína total da Alemanha.

Nessa guerra, o nazismo revelou a si mesmo a sua vocação para exterminar fatia a fatia toda a Humanidade. A medida que o mundo resistia, a polaridade ariano-judia se tornava cada vez mais evidente. O judeu aparecia como o indício de resistência à realização do grande plano. Ele se compunha com o bolchevismo, que havia se tornado um judeu-bolchevismo, e com o capitalismo, transformado em judeu-capitalismo. O judeu tinha então corrompido o mundo inteiro, conspurcado tudo, "enjudeusado" tudo. Era a totalidade da humanidade que deveria ser purificada; portanto, exterminada. O último esforço de Hitler, como mostrou Sébastien Haffner, foi dirigir a inevitável derrota de talforma que ela desembocasse na destruição da Alemanha.

A ofensiva das Ardennes teve também como objetivo, segundo esta interpretação, atrasar o avanço dos norte-americanos a fim de entregar o país aos

soviéticos. “As ordens de aniquilamento dadas por Hitler, em 18 e 19 de março de 1945, não visavam uma luta final heróica, como havia acontecido no outono de 1944. Para uma luta desse tipo, não adiantava nada colocar centenas de milhares de alemães no caminho da morte, na direção do interior do país, nem fazer destruir simultaneamente tudo o que poderia servir à mais humilde das sobrevivências. Esse último genocídio de Hitler, agora voltado contra a própria Alemanha, tinha como único objetivo punir os alemães por sua recusa em agir como voluntários na direção de uma luta final heróica, no desempenho do papel que Hitler lhes tinha atribuído. Aos olhos de Hitler, isso constituía, e tinha sempre constituído, um crime passível de pena de morte. Um povo que não assumia o papel que lhe era destinado devia morrer.”

No entanto, a estrutura de comando do nazismo, que faz tudo repousar na decisão do líder, dá à sua história um caráter aleatório. Era concebível, em teoria, que ele tivesse se aliado à Inglaterra em 1939, que se tivesse contentado com o que Stalin lhe havia concedido. Isso não aconteceu, e ele se recusou a construir o “nazismo num só país”. Da mesma forma, o partido nazista e o império SS não tinham necessidade de se substituir aos centros de iniciativa normais da indústria alemã, que obedecia disciplinadamente. Ainda assim se apropriaram dos instrumentos de comando, o que introduziu uma tramóia de tipo soviético muito prejudicial ao esforço de guerra do Reich.

O remanejamento do mundo poderia ser feito por etapas sucessivas e as destruições concomitantes seguirem-se com ordem. Os nazistas de fato praticaram a “tática do salame” (segundo a expressão atribuída a Rakosi), dado que cada “raça”, antes poupada, via em seguida chegar a sua vez. Mas rapidamente o movimento desembocou num massacre geral. Eles não poderiam, como teria feito Stalin, prometer à Ucrânia a independência, dispostos a acertar suas contas com ela depois da vitória: foi necessário que eles tratassem de exterminá-la imediatamente, o que levou os ucranianos a ficarem contra eles. O esteticismo da doutrina é provavelmente a causa desse “tudo ao mesmo tempo” arruinador. Hitler se acreditava artista e, como tal, marcado pela estética romântica do gênio. “O gênio”, escrevia Kant, “não pode expor cientificamente como ele realiza a sua obra, mas ele dá a regra enquanto natureza. Assim, o próprio autor de uma obra que ele deve a seu gênio não sabe como lhe vieram as ideias e tampouco tem poder para formar outras ideias similares à vontade e metodicamente, nem comunicar aos outros preceitos que lhe possam facilitar a produção de obras similares.” Por isso Hitler não sabia bem o que fazia nem de onde lhe vinham suas inspirações e suas decisões. Ele se via como um demiurgo

prometeico, e essa embriaguez era em parte comunicada a seu povo. Ele acreditava ser o veículo genial do Volksgeist e que suas ordens, no início prudentes, depois insanas, vinham de algo situado acima dele. Daí essa impaciência e essa precipitação nazistas que Stalin não conseguia compreender. Por isso a irracionalidade na condução da guerra. Algumas decisões desejadas por seus excelentes generais teriam podido ganhá-la, senão pelo menos levá-la a um empate, sob a condição, nunca dada, de que ela se propusesse fins limitados, falta que acabou, por culpa de Hitler e de seu wagnerismo doentio, levando-o à derrota.

Os fins ilimitados do comunismo

O projeto comunista é declaradamente total. Ele busca em extensão a revolução mundial, compreendendo por isso uma mutação radical da sociedade, da cultura, do próprio ser humano. Mas autoriza a colocação em prática de meios racionais para obter esses fins alheios à razão. Lenin, durante a guerra, era um sonhador quimérico que sobrepunha às realidades do mundo as entidades abstratas do capitalismo, do imperialismo, do oportunismo, do esquerdismo e de muitos outros "ismos" que, na sua opinião, explicavam tudo. Ele os aplicava tanto à Suíça, como à Alemanha e à Rússia. Mas quando ele retornou à Rússia, não havia nada tão rigorosamente "político", no sentido maquiavélico, quanto sua conquista do poder.

A tomada do poder por um partido comunista é preparada por uma luta puramente política no seio de uma sociedade normalmente política. E lá que ele treina nas táticas que coloca em prática depois da vitória do partido. Aquela, por exemplo, chamada "tática do salame", que consiste em fazer alianças com forças políticas não-comunistas, de maneira que force o aliado a participar na eliminação dos adversários: primeiro, a "extrema direita", com a ajuda de toda a esquerda; depois, a fração moderada dessa esquerda e, assim, sucessivamente, até a última "fatia", que deve se submeter e "fundir-se" sob pena de ser, por sua vez, eliminada.

Esse profissionalismo, que inclui a astúcia, a paciência, a racionalidade, quanto ao objetivo buscado, faz a superioridade do leninismo. Mas se trata apenas de destruição, e a construção é impossível porque esse objetivo é insensato.

Tomado uma espécie de ditador, mas sem poder tomar consciência disso, Lenin continuava a pôr sobre suas situações mais instáveis suas categorias

fantasmáticas e, em conseqüência, tomava suas decisões. A prática comunista não segue uma inspiração estética, mas procede a cada instante de uma deliberação "científica". A falsa ciência copia da verdadeira seu caráter demonstrativo e seus procedimentos lógicos. E apenas torna mais louca a empresa, mais implacável a decisão e mais difícil a correção, pois a falsa ciência, que não é empírica, impede que se constatem os resultados da experiência.

Pouco a pouco, a destruição se amplia e se toma total, igualando-se, para retomar a fórmula de Bakunin, à vontade de criação. Ela seguiu na Rússia seis etapas. Primeiro, a destruição do adversário político: órgãos do governo, da antiga administração. Isso se fez num piscar de olhos, logo em seguida ao putsch de outubro de 1917.

Depois, a destruição das resistências sociais, reais ou potenciais: corpos organizados, partidos, exército, sindicatos, cooperativas; corpos culturais, universidade, escola, academia, igreja, editora, imprensa.

No entanto, o partido se dá conta de que o socialismo nem sempre existiu como sociedade livre e auto-regulada, e que a coerção é, mais do que nunca, necessária para fazê-lo surgir. Mas a doutrina prevê que há apenas duas realidades – o socialismo e o capitalismo. É nesse momento, então, que a realidade se confunde com o capitalismo, e que é preciso, terceira etapa, destruir toda a realidade: a aldeia, a família, os restos da educação burguesa, a língua russa. É preciso estender o controle sobre cada indivíduo tornado solitário e desarmado pela destruição de seu sistema de vida, levá-lo para um novo sistema em que ele será reeducado, recondicionado. Eliminar, enfim, os inimigos escondidos.

O fracasso da construção do socialismo no interior vem do ambiente externo hostil. Pela sua simples existência, ele é uma ameaça, quaisquer que sejam as cores desse espectro hostil: democracia burguesa, socialdemocracia, fascismo. E preciso, então, quarta etapa, criar em cada país organizações de tipo bolchevique (os partidos comunistas), com um organismo central para coordená-los e adaptá-los ao modelo central, o Komintem. Quando, valcndo-se das circunstâncias, o co munismo pôde se estender, as novas zonas agregadas ao "campo socialista" conheceram etapas análogas de destruição.

Porém, em toda a extensão do campo, o partido (pela voz de Stalin) constata que "o capitalismo está mais forte que nunca". Ele se infiltra e se estende no próprio partido, que perde a sua virtude. Cabe então ao líder do partido, e apenas a ele, destruir o partido (quinta etapa), para recriar um outro com seus restos. Essa perigosa operação requer uma promoção do carisma do

líder que o assemelha ao Führer nazista. Uma vez concentrado em sua pessoa o espírito da história, como o outro espírito da "raça", ele pode se permitir, em um esplêndido isolamento e em uma relação "direta" com as massas, liquidar o seu carrasco coletivo. Stalin fez isso uma vez, não sem imitar Hitler e a sua "noite dos longos punhais". Ele se preparava para fazê-lo uma segunda vez (e também deportar o conjunto dos judeus) quando a morte o surpreendeu. Mao Zedong fez duas vezes, no momento do "grande salto para a frente" e, depois, mais nitidamente ainda, na Revolução Cultural.

Usura e autodescruição

Na lógica pura dos dois sistemas levada ao limite está contido o extermínio de toda a população da Terra. Mas essa lógica não se aplica e não pode se aplicar até o fim. O princípio do comunismo é o de subordinar tudo à tomada e conservação do poder, pois é ao poder que cabe a responsabilidade de realizar o projeto. Para conservar o poder, é preciso poupar o que é necessário à subsistência.

Mas as destruições causam um tal desgaste que o poder do partido corre o risco, não de enfrentar uma revolta geral, porque sabe preveni-la, mas de ver desaparecer a matéria humana sobre a qual ele se exerce. E o que aconteceu no final do "comunismo de guerra": a Rússia se fundia, se liquefazia quando Lenin decretou a trégua da NEP.

Enquanto a revolução não vence em escala mundial, o mundo exterior, mesmo reduzido a uma ilhota minúscula, é uma ameaça mortal. Por sua simples existência, ele corre o risco de fazer explodir a bolha de sabão da ficção socialista; e pouco importa que ele seja verdadeiramente hostil, como ele só foi uma vez com Hitler, ou que ele queira apenas a tranqüilidade e o statu quo, como desejou o Ocidente depois da derrota do nazismo. Para manter o mundo real a distância, para eventualmente destruí-lo, é preciso uma força real à disposição do partido, e esta só pode ser tirada da realidade que ele controla. Ele tem necessidade de um mínimo de economia real para nutrir a população de um mínimo de tecnologia e de indústria para equipar o exército. Subsistem então produtores, técnicos, cientistas. O partido não pode fazer passar para o outro lado do espelho tudo o que ele é, pois seria vítima do nada que ele mesmo produziu.

Enfim, a última etapa, a destruição do próprio partido, colide com os reflexos vitais de sobrevivência. Depois dos grandes expurgos de Stalin e de

Mao, o partido define algumas garantias e medidas conservadoras. Não se matam mais comunistas, eles apenas caem em desgraça.

Na Rússia, tudo isso levou à decadência do sistema. O partido envelheceu, porque a conservação do poder termina por se identificar com a conservação dos postos e dos cargos.

As táticas colocadas em prática em tempos dramáticos só servem para isso. Brejnev apodrece lentamente na direção máxima. O partido se corrompe: ele não se dedica mais aos objetivos do comunismo, mas quer usufruir do poder e desfrutar das riquezas. Ele sai da irrealidade e entra na realidade devastada por sua ação, onde só encontra, em abundância, mercadorias vulgares, que nem a arte consegue embelezar, como a vodca, as datchas e as grandes limusines. Quanto ao povo, este se atola na porção da realidade que lhe foi sempre concedida, se vira como pode, se desinteressa de um regime que não lhe oferece mais a consolação da queda dos poderosos e a oportunidade de substituí-los. A degradação geral chega a um limite. Quando um piparote aleatório faz desabar o castelo de cartas, que poderia ter desabado muito antes ou muito depois, descobre-se uma paisagem pós-comunista: mafiosa e semi-indolente, esgotada em sua energia, até para se recordar.

Na China, os sobreviventes dos expurgos maoístas tomaram um caminho diferente. As necessidades do poder puro se misturaram aos cuidados de desenvolver o poder da China enquanto tal, e o comunismo morto é infiltrado pelo nacionalismo vivo. Contemporâneos da decadência do sovietismo, eles lamentaram ter seguido um modelo errado de desenvolvimento, enquanto que outras partes do mundo chinês, e em sua periferia, tinham seguido um modelo melhor. Daí o caráter ambíguo da China atual, em pleno desenvolvimento, mas sem que o partido abandone seu projeto e sem que se saiba se esse partido ainda é comunista. As circunstâncias fizeram restar apenas um regime comunista puro, que, até hoje, preferiu a lógica do auto-aniquilamento: a Coréia do Norte.

*

Nós não sabemos como teria evoluído o nazismo. Ele não chegou a seu clímax. Foi derrubado nos primeiros passos de sua expansão. A ordem de suas destruições não é aquela que seguiu o comunismo soviético. Ele se voltou para a realidade externa antes de ter terminado com a sociedade alemã. Enquanto a URSS preferia a subversão organizada, o desencorajamento programado do inimigo “externo”, e o Exército Vermelho chegando somente para selar a vitória política, o nazismo, por seu lado, recorreu imediatamente à guerra. A guerra

acelerou de modo formidável o programa nazista, mas suscitando uma resistência mundial rapidamente vitoriosa.

As características do nazismo permitem eventualmente imaginar que Hitler teria podido chegar a uma paz de compromisso, que lhe teria deixado uma área vasta e estável. Nesse caso, morto o Führer, o regime teria se comportado de forma análoga à do regime leninista. Leszek Kolakowski pôde escrever um opúsculo sobre esse tema. Ele imaginou um artigo do New York Times, redigido nos anos 80, no estilo dos artigos que no mesmo momento esse jomal publicava sobre a URSS de Brejnev. O jornalista felicitava-se da atenuação dos costumes políticos e dos progressos notáveis do nazismo com fisionomia humana. Certamente as brutalidades daquela época eram deploráveis, principalmente o tratamento muito cruel reservado aos judeus. Mas isto pertencia a um passado já muito distante e não devia permitir esquecer brilhantes realizações pelas quais era necessário dar crédito a um regime em vias de normalização...

Na usura e no fracasso dos regimes totalitários, o fator externo é inegavelmente importante. Ele foi decisivo no caso da Alemanha nazista, esmagada por vários exércitos. Em contrapartida, raramente o mundo "capitalista" constituiu perigo para os regimes comunistas. O nazismo aumentou a legitimidade do comunismo aos olhos do Ocidente. Durante a época da chamada "guerra fria", a política do roll back foi imediatamente afastada a favor daquela do *containment*. Essa opção não impediu vastas expansões territoriais comunistas na Ásia, na África, até na América. Finalmente, o único ponto do mundo em que o comunismo foi derrubado da maneira como o foi o nazismo, por uma invasão maciça devidamente organizada, em meio, é verdade, a um concerto de protestos de algumas potências não-comunistas, foi a minúscula ilha de Granada.

Capítulo IV

TEOLOGIA

Este é um ponto da investigação em que é preciso deixar a análise histórica, caso se queira fazer justiça à experiência dos homens. De fato, diante do excesso de iniqüidade, eles sentiram que seu coração vacilava e que a razão soçobrava; que faltava um precedente histórico; que eles estavam diante de uma espécie nova e desconhecida. A maior parte das grandes testemunhas deste século XX gritaram aos céus. Alguns estimaram que ele estava vazio; outros, que se poderia suplicar-lhe, jurar-lhe, esperar. Na realidade, quando se lê Orwell, Platonov, Akhmatova, Mandelstam, Levi, adivinha-se que essas duas respostas ao desafio metafísico coabitam ou altemam-se obscuramente nas mesmas almas.

O mal

Plotino definia o mal como “a privação do bem”. Os escolásticos precisaram: a privação de um bem devido. A cegueira, por exemplo, é um mal, porque faz parte do homem o direito de ver. Se ele é incapaz de ver o invisível, apesar de ter bons olhos, ele não pode se lamentar, pois a vista não é feita para ver as coisas mais além de um campo limitado. A ideia é então de que o mal se define negativamente. Ele é puro nada, um vazio no ser. Parece-me que essa definição não dá conta suficientemente do horror que se apoderou das pessoas diante do que o comunismo e o nazismo lhes infligiram.

O que causava esse horror era menos o mal do que, principalmente, a vontade do mal. O homem quer naturalmente ser feliz. Sua vontade está normalmente voltada para o que ele considera como seu bem. Como sua imaginação é curta, não custa imaginar – e os filósofos mais antigos explicaram-no – que o homem se engana facilmente sobre o que é o seu bem, que ele comete atos ruins porque ele não vê o que isso pode lhe custar. Ao roubar, se busca evidentemente um bem, a violação produz prazer, matar apazigua a cólera, mentir permite sair de uma situação embaraçosa. É preciso, porém, pagar um preço. No entanto, nós reencontramos uma outra categoria de atos que não são seguidos por nenhum prazer imaginável pelo homem comum, atos que parecem desumanamente desinteressados. Aqueles que os praticam parecem atraídos pela pura transgressão da regra. Eles causam medo porque não são compreendidos,

parecem estar alheios à humanidade comum. Compreendemos muito bem o ladrão, o violador, o assassino, porque encontramos em nossa alma pontos de ressonância, e não é necessário adentrar-se profundamente em nós mesmos para encontrarmos em algum grau a avidez, a luxúria, a violência. Porém, diante deste tipo de atos, ficamos desconcertados como ficaríamos diante de um milagre, um milagre ao contrário, uma exceção negativa às leis comuns da natureza. O homem deseja seu bem, mas não há lá nenhum bem concebível. E porque aqueles que sofreram o comunismo ou o nazismo, ou que apenas o estudaram com alguma aplicação, foram permanentemente perseguidos pela indagação: por quê? Por que comprometer o esforço de guerra, dispender dinheiro, sobrecarregar os transportes, mobilizar soldados para irem descobrir num celeiro uma menina judia escondida apenas para assassiná-la? Por que, quando não existe nenhuma oposição organizada, tudo estando submisso e obediente, prender milhões de pessoas, mobilizar o aparato policial e judiciário para fazê-los confessar crimes inimagináveis e manifestamente absurdos e, uma vez que confessados, reunir o povo para fazê-lo representar a comédia da indignação e obrigá-lo a participar na execução? Por que, na véspera de uma guerra programada, fuzilar a metade do corpo de oficiais generais?

Mas o que parecia ainda mais incompreensível é que esses crimes enormes e ineptos eram cometidos por homens medíocres, e até particularmente medíocres, mediocremente inteligentes e morais. Encontravam-se às vezes na imensa massa de executantes individualidades perversas por caráter, sádicos que sentiam prazer em fazer sofrer. Eram a exceção. Como os perversos certamente prosperavam, eles eram utilizados para certas tarefas, mas só até um certo ponto; no mais, eram afastados em nome da disciplina e algumas vezes até punidos. Em seu desejo de compreender, as vítimas não podiam mais apegar-se à explicação da perversidade de que o homem é capaz e freqüentemente portador. Era preciso ir mais alto, na direção do “sistema”. Mas a racionalidade, ainda que delirante, do sistema era desmentida por essas ações autodestrutivas que iam contra o interesse do projeto.

É por essa razão que a personalidade criminosa de alguns dirigentes – sobretudo Stalin restituindo-lhes uma certa parte de humanidade, contava a seu favor e lhes valia uma certa gratidão: dava uma certa explicação e restabelecia uma certa coerência. Porque a história oferece numerosos exemplos de tiranos criminosos; havia então precedentes e nada de novo sob o sol: a angústia diante do desconhecido ficava atenuada. No entanto, os mais lúcidos sabiam que o pretenso tirano não era o único, pois ele não agia em função de seu interesse

particular. Ele próprio era tiranizado por algo de caráter superior. Era necessário concluir, então, que o crime estava encadeado à loucura. Mas não se tratava de uma loucura normal, como aquela que vemos nos tiranos loucos, porque a loucura comporta um elemento aleatório e afeta zonas em que o repouso e o jogo podem se alojar.

Assim, os romenos ficaram por um momento aliviados pelas trapalhadas do casal Ceausescu. Mas, nos piores momentos, a loucura ideológica criou um bloco compacto, sem o menor interstício em que se refugiar, e tudo andava mal.

O demônio e a pessoa

Foi assim espontaneamente que espíritos, mesmo pouco religiosos, eram tentados a olhar por cima da ordem humana inteligível e entrever a direção superior de uma ordem diferente. Não era só o peso da injustiça, a proximidade do mal, mas também a impotência de referi-los ao que quer que fosse de conhecido que os levava a interrogar os céus. Eles eram levados a isso, porque os dois regimes professavam um ódio ativo contra todas as religiões que honrassem uma ordem divina diferente daquela estabelecida pelos homens. O nazismo odiava o Deus de Abraão; o comunismo, todo tipo de deus e particularmente aquele Deus. A organização religiosa dos países conquistados foi sempre imediatamente modificada. Ela foi liquidada (a Albânia proclamou-se o primeiro país ateu do mundo), frequentemente reduzida à servidão e pervertida. Cristãos, judeus, muçulmanos, budistas, taoístas, confucionistas foram perseguidos como tais, e a perseguição não foi temporária, mas permanente. Ela não tinha nenhuma utilidade política, sendo antes uma loucura inconveniente, que durou até o último dia.

Foi assim que vários mártires desses regimes encararam a ação de uma ordem sobre-humana, “angelical”, capaz de exercer um poder direto. Um poder que não passaria verdadeiramente pela mediação da vontade ruim dos homens, mas que os levaria a agir à sua revelia de forma que eles não soubessem, talvez apenas confusamente, o que faziam. Que adormeceria o senso comum e a consciência moral, e transformaria o homem, submetido a um tipo de encantamento, em uma marionete da qual ele puxaria os fios. Nessa intuição, o último tirano não é nem Hitler, nem Lenin, nem Mao, mas o Príncipe desse mundo em pessoa.

Em pessoa: a palavra é ambígua. Boécio deu uma definição da pessoa que tem servido muito: “uma substância individuada de natureza racional”. Nessa

linha teológica, pode-se estimar que essa substância criada, se ela perde sua ordenação a seu Criador e a seu próprio fim, sofre contradições que a mutilam ou decompõem. Pode-se especular, dado que não se sabe nada de positivo sobre o mundo angelical, que a substância do anjo ruim, por causa de seu nível superior, é muito mais devorada do que a do homem dominado pela vontade ruim. O ato de aniquilamento que ele provoca se realiza primeiro sobre si mesmo, de forma que sua substância – que para nós, os homens, evoca uma natureza positiva, indestrutível, arruinada, mas não destruída pelo pecado – se reduz progressivamente à sua pura vontade do mal. Em razão da capacidade de mal superior de que ele é dotado, o que subsiste nele de cúmplice natural, a pessoa, tenderia assintoticamente para a impessoalidade. A pessoa angelical decaída suportaria o máximo possível de impessoalidade. Especulação, sem dúvida, mas ela dá razão à noção de pessoa impessoal que se encontra tão universalmente na literatura das testemunhas, sufocadas pelo tédio, pela pobreza, pela banalidade daqueles que as fazem sofrer, morrer, como pela impessoalidade de toda a hierarquia do poder, incluída até mesmo sua cúpula. Elas ficavam assim assustadas pelo contraste entre o incrível poder de destruição desses aparelhos, de uma maravilhosa engenhosidade, capaz de entrar no maior detalhe, e seu incrível poder de organizar, de construir ou simplesmente de deixar existir as coisas mais humildemente necessárias à vida, até para sua própria perdurabilidade.

Quem tem o poder no regime nazista ou comunista puro? Esta simples pergunta, à qual pareceria mais fácil de responder em relação a não importa que regime, porque o possuidor de todos os poderes é visível em todos os lados, até mesmo de uma visibilidade obsessiva – o Führer, o Secretário-Geral, o Partido –, constituía um profundo enigma para aqueles que eram capazes de uma profunda reflexão filosófica: Jünger, Platonov, Orwell, Milosz, Zinoviev... Eles deixaram entender o que as almas religiosas – Mandelstam, Akhmatova, Bulgakov, Rauschning, Herbert, Soljenitsyn – proclamaram: é o diabo! Era ele quem comunicava a seus súditos sua inumana a impessoalidade. Dostoievski e Vladimir Soloviev tinham tido antecipadamente a intuição. Não fazer referência a esse personagem seria não ouvir fielmente todas essas testemunhas, mantendo a consciência da reserva em que nós devemos nos manter em relação ao centro misterioso que eles chamaram dessa maneira e cuja proximidade conhecem por experiência e por evidência.

A salvação

Nada marca mais o traço bíblico no comunismo e no nazismo que sua vontade comum de salvar o mundo, incluindo nos meios de salvação a supressão de qualquer traço bíblico. Nas religiões "pagãs", a ordem natural contém em si mesma a ideia divina e basta para fazê-la conceber. Ela é equivalente à ordem divina. Basta contemplá-la, conhecê-la, imitá-la. A filosofia antiga – e, tanto quanto eu saiba, a hindu e a chinesa – não prometia uma salvação universal, só aquela de uma pequena elite através de exercícios espirituais longos e difíceis, ao final dos quais a pessoa se tornava apta a viver feliz, em conformidade com a natureza, suas estruturas eternas. A ideia de salvação, enquanto supõe um "êxodo" em relação ao mundo, ou ainda a ideia de "mudar" o mundo em sua totalidade, lhe são inconcebíveis.

A salvação marxista-leninista é otimista. Ela é comparável à salvação anunciada pela profecia bíblica. Seu objetivo é superar a natureza como ela é, o homem como ele é; chegar a um tempo messiânico de paz e de justiça, em que o lobo conviva com o cordeiro, em que as disciplinas e as frustrações do casamento, da família, da propriedade, do direito, da penúria sejam abolidas. Finalmente, é a própria morte que é vencida: houve devaneios sobre esse tema no começo da revolução bolchevique, alimentados por um certo Fedorov, um quimérico da ressurreição científica dos corpos e da imortalidade. "O homem novo", produto do socialismo, é um tipo de corpo glorioso tal como a profecia o entrevê. E sua salvação está nas mãos do homem. Ela é obtida por meios políticos. *Non Domino sed nobis*.

Apenas uma pequena minoria acredita hoje na existência dos mandamentos divinos. Se ela ainda acredita nisso – como acreditavam muitos judeus e cristãos que mais tarde se tornaram – deveria ver no primeiro piscar de olhos a contradição entre o progresso de que o homem assume a direção e a lição bíblica. O conceito de progresso, entendido no sentido de uma transformação em profundidade do ser humano, sob a ação da história ou de uma vontade político-histórica, não pode ser aceito, pois ele faz depender da ação política uma transformação que, segundo a Bíblia, só se deve a uma graça divina. Quando o que só é possível pela ação divina se toma o objetivo da ação humana, esta visa realizar o impossível. A ação violenta contra a natureza fracassa e logo se transforma em destruição da natureza e, com ela, do humano. Pelágio pensava que, numa certa medida, o homem poderia salvar a si próprio, pela força de vontade e de ascese. Santo Agostinho estimava que o pelagiano se oprimia sem com isso melhorar. Assim fazia o "herói positivo" da lenda bolchevique. De fato,

ele piorava, pois o pelagiano pensava atingir a virtude, no sentido comum do termo, e o herói positivo uma virtude definida pela ideologia, isto é, um vício. Além disso, o velho pelagiano não visava, da mesma forma que a filosofia antiga, senão a um progresso individual. O novo é coletivizado. A transferência ao poder político da ideia pelagiana é mais destruidora, pois é o outro, enfim, são todos os outros, que serão corrigidos pela educação, se necessário pela reeducação, em um muro cercado por arame farpado.

A salvação nazista é pessimista. Ela requer superar as ilusões introduzidas na humanidade pelo veneno bíblico, e particularmente evangélico, fruto do "ressentimento". Trata-se de retornar a uma ordem natural concebida na luz negra do tragicismo romântico: reencontrar a pureza original da terra e do sangue, corrompida pela sociedade mercantil e tecnicista e a mistura bastarda das raças. O apelo do nazismo se dirige aos heróis que aceitam morrer, àqueles que renunciaram à ilusão da verdade e da justiça e que estão prontos para seguir até o fim a vontade da raça, do Volk, encarnada no líder. O super-homem é um cavaleiro impassível, leal, vencedor ou vencido, mas sempre nobre e belo. Nós já vimos suficientemente que o ideal desembocou num regimento de SS descerebrados, em uma hierarquia de indolentes coroada por um demente, em uma guerra maluca de aniquilamento.

As duas doutrinas opostas compartilham ainda assim a ideia de uma salvação coletiva advinda da história – ideia bíblica –, se opondo ao ahistoricismo dos filósofos antigos, hindus e chineses. Nesse esquema, as duas doutrinas juntaram uma coleção de noções tiradas das ciências naturais, das ciências históricas, transformando o imenso saber acumulado pelo século XIX em um automatismo mental de uma pobreza sobrenatural. De fato, não é algo, em conformidade com a natureza da inteligência humana, que esses dois sistemas insanos possam se apresentar como sendo seu produto. Não se pode explicar que tantos espíritos normal e às vezes superiormente constituídos – professores, cientistas, pensadores capazes e eminentes – tenham sofrido uma paralisia e um desvio similares do senso comum. As explicações pela psiquiatria são tão metafóricas quanto a imagem empregada a propósito do nazismo, aquela do flautista de Hamelin. Mas, ao evocar essa lenda, estamos bem próximos de citar aquele que está por trás do flautista, aquele que, segundo as Escrituras, é o "pai da mentira", "homicida e mentiroso desde o começo".

"Biblismo" nazista

Afirma-se que Gobineau e Nietzsche, de quem às vezes os nazistas reclamavam, não eram anti-semitas. De fato, eles faziam profissão de fé de admiração pelos judeus, porque estes eram uma “raça superior”, uma “aristocracia” (Gobineau); porque eles não se dissolviam na massa dos “últimos homens” engendrados pela democracia, porque o anti-semitismo era no máximo uma vulgaridade democrática (Nietzsche). Não é necessário aprofundarmo-nos muito para adivinhar, sob a aparência de admiração, a inveja, o ciúme. No nacionalismo alemão, a exaltação da nação e do povo assume ou imita a forma da eleição providencial do povo judeu. E uma eleição que não deve nada à providência, mas que é um produto da história e da natureza, e faz com que o povo alemão receba a herança pan-humana transmitida pela sucessão dos povos. O nacionalismo russo contentou-se em transpor aos eslavos e ao povo russo o que era prometido aos germanos e aos alemães.

Porque são a natureza e a terra que fazem a eleição, é coerente que o povo judeu seja a negação viva da natureza e da terra.

E o que sublinha o jovem Hegel; “O primeiro ato pelo qual Abraão se torna o pai de uma nação é uma cisão que dilacera os vínculos entre a vida comum e o amor, a totalidade dos vínculos das relações nas quais ele viveu até ali com os homens e a natureza.” “Abraão era um estranho na Terra [...]. O mundo inteiro, seu oposto absoluto, era mantido vivo por um Deus que lhe era estranho, um Deus de que nenhum elemento da natureza devia participar E somente graças ao Deus que ele entraria também em relação com o mundo [...]. Era impossível para ele não amar nada.” “Havia no Deus invejoso de Abraão e de sua descendência a exigência espantosa de que ele e sua nação fossem os únicos a ter um Deus.”

Sua relação com Deus suprime os judeus da humanidade. Eles não podem pertencer a nenhuma comunidade, pois o sagrado, por exemplo, o eleusiniano, dessa comunidade lhes é eternamente estranho, “eles não o vêem nem o sentem”. Eles não participam tampouco do heroísmo épico. “No Egito, grandes coisas foram realizadas para os judeus, mas eles mesmos não empreenderam ações heróicas; por eles.

O Egito sofreu todo tipo de calamidades e de misérias, e foi em meio a essas lamentações universais que eles, expulsos pelos infelizes egípcios, se retiraram, embora só sentindo a alegria maligna do covarde cujo inimigo se acha aniquilado sem que ele mesmo intervenha.” Seu último ato no Egito é também um “roubo”.

Hegel considera intolerável a pretensão dos judeus à eleição, a absoluta

dependência que eles confessam em relação a um Deus que ele julga, por seu lado (pelo menos em sua juventude, porque depois ele evoluiu), estranho ao homem, inimigo de sua nobreza e de sua liberdade. O espírito de Abraão, porque ele continha a ideia desse Deus, faz do judeu "o único favorito", convicção de que também é a raiz de seu "desprezo pelo mundo inteiro". Escravos proclamados de seu Deus, os judeus não podem ter acesso à dignidade do homem livre: "Os gregos deviam ser iguais porque são todos livres; os judeus, porque são todos incapazes de independência." E por isso que Hegel, abertamente adepto de Marcião, considera o Deus dos cristãos como fundamentalmente diferente do Deus judeu: "Jesus não combatia só uma parte do destino judeu, pois ele não tinha vínculo com nenhuma parte dele, opondo-se a ele em sua totalidade."

Hegel traduz, no tom da grande filosofia, sentimentos, conscientes ou não, que existem na alma pagã quando ela é colocada na presença do mistério sobrenatural de Israel, que ela sente, de fato, como estranho, inimigo de toda natureza; que existem também nas almas batizadas. Esses obscuros afetos foram bem mais conceitualizados pelo pensamento alemão do que pelos outros. Harnack, que foi a grande autoridade teológica da Alemanha wilhelmiana e do protestantismo liberal europeu, fez, na Universidade de Berlim, diante de todos os estudantes, conferências reunidas sob o título A essência do cristianismo. Esta essência se desenvolve em quatro grandes momentos históricos: o momento judeu, o momento grego, o momento latino e, enfim, o momento alemão, que é a realização mais pura. Ele escreveu um livro a favor de Marcião, não hesitou em fazer um paralelo com Martin Lutero, o fundador do "cristianismo alemão". Os russos, por seu lado, produziriam uma abundante literatura sobre o cristianismo russo, o Cristo russo, até mesmo a Rússia-Cristo. Léon Bloy e Péguy reclamam para a França um privilégio de preferência da parte de Deus. No entanto, neste país, a temática antijudaica não foi orquestrada pelos grandes espíritos, só pelos medíocres.

O drama foi que ela se instalou nas almas ruins e dementes dos líderes nazistas. Eis Hitler, caricaturizando Hegel diante de Rauschning: "O judeu é uma criatura de um outro Deus. É preciso que ele tenha saído de uma outra origem humana. O ariano e o judeu, eu os oponho um ao outro e, se eu dou a um o nome de homem, sou obrigado a dar um nome diferente ao outro. Eles estão tão afastados um do outro quanto as espécies animais da espécie humana. Não que eu chame o judeu de animal. Ele está muito mais abaixo do animal do que nós, arianos. É um ser estranho à ordem natural, um ser fora da natureza."

Rauschning afirma ainda a esse respeito: “Não pode haver dois povos eleitos. Nós somos o povo de Deus.” E pura retórica, pois Hitler era absolutamente ateu do Deus judeu e do Deus cristão. Mas mostra como o anti-semitismo delirante de Hitler se adapta bem à forma bíblica de uma perversa imitatio da história sagrada judaica. O povo ariano, eleito, a raça germânica escolhida purifica a terra alemã como Israel purificou a terra de Canaã. É a primeira etapa da história da salvação. A segunda é a eliminação do cristianismo judaizado, que leva ao cúmulo a covardia judaica e o abastardamento democrático. A terceira é o triunfo das almas magnânimas, que poderão a rigor referir-se a um cristianismo germanizado ou, melhor ainda, aos velhos deuses do panteão natural pré-cristão. Nietzsche e Wagner, depois de terem passado pela centrifugadora da ideologia nazista, poderiam ser propostos, mutilados, tornados selvagens, embrutecidos, como os padroeiros da nova cultura.

"Biblismo” comunista

Se o nazismo oferece uma farsa do Antigo Testamento, o comunismo oferece ao mesmo tempo a do Antigo e do Novo. A perversa imitatio do judaísmo e do cristianismo, que faz parte do seu “charme”, é um fato tão reconhecido que bastam algumas palavras para caracterizá-lo.

Esta ideologia propõe um mediador e um redentor. O “proletariado”, o “explorado”, aquele que não tem nada, vai abrir ao mundo a porta de sua libertação. Ele é para as outras classes o que Israel é entre as nações, o que o “resto de Israel” é para Israel. Ele é o servidor de Isaías que sofre e é o Cristo. Ele é o fruto da história naturalizada, como o outro é a história sagrada. O comunismo é, sob diversos aspectos, sedutor tanto para o judeu como para o cristão que crê reconhecer a boa nova anunciada aos pobres e aos fracos. Ele é um universalismo, porque nele não há mais nem judeu nem grego, nem escravo nem homem livre, nem homem nem mulher, tal como prometeu São Paulo. Ele abole as barreiras nacionais, o que equivale à salvação prometida às “nações”. Ele contribui para a paz e a justiça do reino messiânico. Ele supera o regime do interesse, termina com “as águas glaciais do cálculo egoísta”. O amor puro de Fenelon e o desinteresse kantiano vão desabrochar nesse clima novo.

O comunismo prometia aos judeus a supressão da carga dos mandamentos, do ódio da Torá, da segregação das nações. Ele lhes tirava o peso de ser judeu. Suprimia também, de fato, as causas permanentes da opressão. Era uma alternativa à vida judaica que não era uma passagem ao cristianismo e ao

islamismo, igualmente desprezados, e que não os protegia, porque a marca judia subsistia depois da conversão, como a história havia demonstrado. O comunismo era então uma entrada em um mundo novo, sem no entanto haver lugar para pagar uma traição ou uma apostasia formais, porque o objetivo religioso da Torá, a paz e a justiça, era supostamente garantido e porque a comunidade poderia continuar existindo idealmente, de forma que o nome de judeu pudesse ser usado sem pudor, não implicando responsabilidade e obrigações particulares, mas simplesmente como a marca de uma origem gloriosa, pois, pela opressão, ele estava aparentado com o "proletariado". Enfim, a passagem ao comunismo – estamos tentados a dizer: o Êxodo – poderia parecer a realização da emancipação e da secularização, cujo *élan* era, há um século, irresistível.

Os cristãos, por seu lado, eram diretamente intimados a renegar a sua fé em Deus. Mas ela estava, como uma fruta madura, a ponto de cair. Diante das vagas de assalto que se sucediam desde o começo do lluminismo, a fé tinha cada vez mais dificuldade em conservar um status defensável em termos racionais. Nenhum outro grande espírito, desde Leibniz, se apoiava na autoridade dos dogmas, nem buscava a verdade aprofundando-se neles. Se grandes autores ainda confessavam a fé cristã, ou, como Kant e Hegel, lhe davam uma interpretação racional no marco de seu sistema, ou, como Rousseau, Kierkegaard e Dostoievski, admitiam a sua completa irracionalidade. Ou ainda pensavam deduzi-la das necessidades da moral, da ação prática, das obras. Mas ela era desalojada desse último refúgio pela ideia comunista, que tinha bons argumentos para acusar o cristianismo de ser o ópio do povo, de ser uma fuga ilusória, um consolo impotente diante de um estado de injustiça de que a fé cristã, por sua simples existência, era cúmplice. Uma importante parte do pensamento cristão, durante todo um século, de Lamennais a Tolstoi, e para além deles, era muito mais tentada a se fundir com o humanitário do que a apresentação deste como mais verdadeiramente cristão e animado por um entusiasmo e um fervor que tinham desaparecido da religião tradicional. Tornar-se comunista dá o sentimento de realizar, de forma enfim realista, o mandamento de amor ao próximo, enquanto a razão era garantida porque agora ela era restabelecida na base certa da ciência.

Heresias

A religião cristã é instável desde o seu nascimento. Ela abriga um conjunto de dificuldades, uma massa de motivos de dúvida, e tem necessidade de um

esforço constante para manter seu equilíbrio. Mas raramente as crises que aparecem sucessivamente ao sabor das circunstâncias históricas obedecem a esquemas regulares já conhecidos. Há, no comum dos cristãos, corredores de avalanche que foram seguidos desde os primeiros séculos da nossa era e que sempre permanecerão ali. As grandes heresias inaugurais são retomadas com outras roupagens por correntes que se julgam novas e por pessoas inconscientes de seguirem tendências antigas. Elas não sabem que estão trilhando os caminhos dos heréticos de que eles ignoram o nome e, mais ainda, o parentesco doutrinário que as liga a eles.

No caso que analisamos, os caminhos heréticos estão entre os mais antigos do cristianismo: o gnosticismo, o marcionismo e o milenarismo.

O gnosticismo, na verdade, não é especificamente cristão. Ele é parasita tanto do judaísmo quanto do islamismo. Ele ocupa um domínio tão vasto que não posso abordá-lo aqui de outra forma senão por alusão. O marxismo-leninismo é, antes de tudo, eu já o afirmei, uma visão central do mundo natural e histórico, polarizado entre um bem e um mal, que discernem e separam os iniciados no verdadeiro aber. São eles que fazem penetrar no espírito dos homens o conhecimento salvador e fazem o mundo se mover na direção do bem definitivo. Essa estrutura-mãe está presente na maior parte dos gnosticismos, principalmente naqueles que, no tempo de Corinto, horrorizavam São João ou, nos tempos de Valentim, o Santo Irineu. Que esse núcleo gnóstico pretenda se apoiar, a partir de Marx, na ciência positiva, que perca sua luxúria mitológica, sua cor poética, e mesmo que caia na repetição prosaica de Lenin, isso não significa que ele tenha desaparecido. É verdade que muitos “cristãos progressistas” desejavam render-lhe homenagem por sua atitude religiosa primitiva e tinham dificuldade em compreender por que o comunismo se considerava ateu de forma militante, enquanto que eles aprovavam a ação prática, o “método de análise”, como eles diziam, isto é, a teoria do conjunto. Outros terminaram aceitando este ateísmo por um tipo de “salto da fé” ao contrário, e como um sacrifício supremo que eles faziam à lógica de sua persuasão.

O marcionismo, que é uma espécie do gênero do gnosticismo, pertence ao mundo cristão. Ele é um produto histórico precoce (do começo do século II) da separação contenciosa da Igreja com a Sinagoga. Marcião estimava que o Deus de Abraão, o Deus criador e justiceiro, não era o mesmo que o Deus do amor salvador de que Jesus era a emanação. Ele tinha então arrancado do corpo escriturário o Antigo Testamento e a parte do Novo que lhe estava diretamente

vinculada. A revelação cristã se dissocia então da revelação mosaica, de que Marcião nega que ela tenha etapas históricas que levaram à chegada do Messias. O messias de Marcião não encontra as suas provas, a sua genealogia na profecia bíblica. Sua legitimidade está condicionada ao valor da persuasão da "mensagem" tirada apenas do Evangelho (aliás, depurado) e dos adendos da mitologia gnóstica que o completam e guiam a sua interpretação. Esse Cristo traz uma mensagem anticósmica e antinomista: uma moral diferente, sublime, heróica, paradoxal. Ela tem a vocação de substituir a moral comum que os mandamentos bíblicos tinham ratificado. O inferno também, segundo Marcião, albergava os justos do Antigo Testamento, servidores do Deus criador, enquanto que o Deus salvador recebia em seu paraíso os sodomitas e os egípcios que tinham se recusado a aderir à Lei antiga. Os judeus, à luz desta heresia, representavam adequadamente a figura do mundo extinto e da ética ultrapassada, obra do mau Deus.

Gnosticismo e marcionismo, sempre associados, jamais deixaram de trabalhar a imaginação e de subverter o pensamento cristão. Ainda que condenados a seu nascimento como a pior das heresias, subsistiram como uma tentação permanente, saltando de um século ao outro e nunca tanto quanto no nosso. Eles foram o ponto fraco do ensino, uma fissura no terreno da fé, que permitiram a tantos cristãos lançarem-se no gnosticismo político do comunismo e no marcionismo frenético do nazismo.

Como estavam sempre intimamente ligados, sua associação provocou um novo ponto de contato entre o nazismo e o comunismo.

No gnosticismo comunista, o esquema historicista suplanta abertamente o sentido bíblico da história, e tanto o Deus criador como o Deus salvador são recusados: o primeiro sendo substituído pela história natural da humanidade, e O segundo pela ação voluntária do Partido. O assalto contra a Igreja cristã foi então imediato e fez em poucos anos mais mártires do que os que ela tivera desde o seu nascimento. Mas todos os deuses e todas as religiões eram igualmente inimigos, o que fez com que a Sinagoga fosse igualmente atacada, assim como a própria ideia de comunidade. O anti-semitismo puro e simples sucedeu, desde o fim dos anos 30, ao antijudaísmo inicial. Depois de 1945, foi proibido distinguir os judeus entre as "vítimas do fascismo", mencionar a Shoah, tolerar o sionismo a partir do momento em que ele se afirmou como um movimento nacional independente. O comunismo é ciumento e não aceita "outros deuses diante de si".

O nazismo se concentrou na versão marcionita do gnosticismo. Ele aceitou

formal e provisoriamente um outro Deus diferente do de Abraão. Ele perseguiu os cristãos fiéis. Ele tratou de se enriquecer com elementos tomados do esoterismo e do ocultismo do final do século. Ele quis despertar o neopaganismo dos velhos deuses alemães, fazendo assim injúrias por essa outra contrafação ao que a mitologia alemã tinha de honroso, de belo e de comum com aquela de Homero. Nos dois sistemas de salvação, comunista e nazista, é difícil distinguir, no ódio que confunde judeus e cristãos, se os primeiros são detestados por estarem na origem dos segundos ou os segundos por serem os filhos dos primeiros. Qualquer que seja a ordem seguida, a perseguição atinge um depois do outro.

A terceira heresia é o milenarismo. Em seus efeitos históricos, ele conflui com o messianismo. Ele é uma expectativa de mudança radical no interior da história. O messianismo bíblico espera o advento de uma figura real capaz de restaurar uma aliança de paz em Israel e nas Nações. O milenarismo primitivo cristão acreditava que Cristo retornaria à Terra para reinar gloriosamente mil anos com os justos ressuscitados. Essas doutrinas sofreram no século XX derivações seculares. Foi assim que a ideia messiânica contaminou as formas mais extremas do nacionalismo: o povo alemão, o povo russo, tinham esperanças da redenção final da história humana. O milenarismo é uma impaciência de fazer advir o Reino de Deus e uma vontade de tomar em suas mãos esse acontecimento. Ele pode ser compreendido como um tipo de pelagianismo paroxístico, coletivizado e politizado. A história moderna é abalada por essas crises heróicas: os taboritas da Boêmia, os anabatistas de Münster, a ala extremista da revolução inglesa, Sabbatai Zvi. Elas são mais sangrentas quando, livres da ideia de Deus, visam à instauração de um regnum hominis. É raro que, valendo-se dessas crises, a separação entre judeus e cristãos não seja envenenada por aqueles mesmos que atacavam suas respectivas religiões, das quais não subsiste mais nenhum sinal senão o ódio recíproco.

Capítulo V

A MEMÓRIA

Eu queria agora tentar colocar em paralelo o trabalho da memória sobre o nazismo e aquele desenvolvido sobre o comunismo, olhando-o principalmente de um ângulo religioso. Eu só o fiz, até aqui, sob o ângulo político. Mas a gravidade desses dois acontecimentos mobiliza, como eu disse, a consciência religiosa. O leque de posições religiosas é tão aberto quanto o de posições políticas, mas é diferente. Eles não coincidem.

Considerarei o paganismo – entendido como o que não se vincula, ou não se vincula mais, ao tronco bíblico –, o judaísmo e o cristianismo. Constata-se imediatamente que, no interior de cada uma dessas categorias, há lugar para atitudes diversas e até mesmo opostas.

O esquecimento “pagão" do comunismo

Tomemos o exemplo da China. As tradições filosófica e religiosa (que são estreitamente interligadas) têm como horizonte um cosmo impessoal, normal e idealmente governado pela harmonia, mas que é suscetível de uma desordem, até mesmo de um regresso momentâneo ao caos. A história chinesa, mais que a européia, é de fato pontuada por cataclismos de uma violência extraordinária, capazes de fazer diminuir a população à metade. Ainda no século XIX, a revolta dos Taiping causou, direta ou indiretamente, a morte de 70 milhões de chineses. É uma catástrofe que eqüivale àquela dos anos de Mao. Em ambos os casos um líder carismático, um partido fanatizado por uma doutrina sincrética em que entram elementos estranhos à tradição, cristãos nos tempos dos Taiping, marxistas depois, fizeram a ordem chinesa cair em um caos sem fundo.

Essas catástrofes históricas e políticas são colocadas em relação com as catástrofes naturais – inundações, tremores de terra, colheitas ruins – que abalam caprichosamente a terra chinesa. Tem-se a impressão – mas talvez seja a impressão superficial de um observador distante – de que basta que a situação melhore, que os ventres se dilatem, que os prazeres retornem, que se possa de novo investir e enriquecer, para que o tecido social entre em um processo de cicatrização quase biológico e que a dinâmica reencontrada da vida torne supérfluo o trabalho da memória. Por outro lado, o regime, que permaneceu

formalmente comunista, continua a controlar sempre a informação sobre o passado. De longe, se diria que a permanência do caos, aquém e além dessas perturbações, abranda o sentido histórico e dá à crônica o caráter de um boletim meteorológico, com seu ciclo regular, afetado pelas tempestades.

O esquecimento cristão do comunismo

O mundo cristão, em princípio, deveria ter-se sentido envolvido – e até mesmo responsável – face ao destino da aventura comunista. Foi na sua área que se desenvolveu a ideia de um sentido da história orientado para uma salvação universal; que se aguçou a espera de uma libertação definitiva, de uma purificação geral, de um triunfo do bem. Jamais, no entanto, a perversão dessas mesmas ideias tinha implicado um tal grau de iniquidade, e jamais o pecado tinha a tal ponto dominado a terra. Havia muito sobre o que refletir. Mas o mundo cristão não só se esqueceu, mas também, sob a pressão de seus pastores, considerou o esquecimento como uma obra de piedade.

Para falar a verdade, a massa cristã – mais ainda, pós-cristã – reagiu como a massa "pagã", na medida em que ela se distinguiu muito pouco e em que seu batismo, como acontce sempre, é mais ou menos superficial. O comunismo durou tanto tempo que foi assimilado a uma geleira, a uma série de invernos excepcionalmente frios. O clima esquentando, pensa-se mais e se retomam sob o sol os trabalhos cotidianos. Mas é preciso levar em conta também um esquecimento propriamente cristão. Ou melhor, dois esquecimentos opostos.

O primeiro enraíza-se no ramo mais original da fé cristã, particularmente no sentimento que esta tem do mal e do pecado. Por um lado, ensinou-se aos cristãos que eles são pecadores; que o pecado, original e pessoal, está presente na vida humana ao lado do bem, desde o começo, e hoje mais do que nunca; que eles procedem da cruz de Cristo, isto é, de uma história em que todos os homens associados fizeram o máximo concebível de mal ao matarem o único verdadeiramente inocente, uma história em que o Verbo do próprio Deus foi vencido entre uma sexta-feira e um domingo; que, por outro lado, por esta mesma história são perdoados, reconciliados, mesmo que, ainda e sempre, sujeitos ao pecado. Esse tipo cristão de familiaridade tanto com o mal quanto com o bem faz com que se assombrem menos um com o outro; que eles esperem sempre o pecado e o perdão, e que não haja falta tão grave que, arrependendo-se, não possa ser perdoada.

Nesse caso, o esquecimento sucede normalmente ao perdão. Ao lado desse

esquecimento virtuoso – ou em seu lugar – pode existir um outro esquecimento que não o é. Normalmente, o perdão só vale se ele é pedido a Deus e à vítima, se a falta é preliminarmente reconhecida e o pedido formulado. Se essas condições não são preenchidas e ainda assim um perdão é concedido unilateralmente, este tem boas chances de ser nulo e de ser uma falta a mais. Esse perdão demasiado fácil pode partir de uma sublimação moral que faz vista grossa da justiça e que autoriza o autor a se favorecer de sua grandeza de alma. Ele pode partir de uma simples preguiça em examinar os fatos ou de uma falta de coragem diante das exigências da justiça; ou ainda de uma repugnância em examinar a sua própria cumplicidade ativa ou passiva com aqueles aos quais se perdoa tanto mais facilmente quanto se atribui ao mesmo tempo uma absolvição sem confissão. Não se vê qualquer preparação de cerimônia pública de arrependimento a esse respeito.

A extraordinária anistia de que se beneficiou o crime comunista me parece provir sobretudo deste último tipo de esquecimento. Ainda que tenha havido sob o comunismo mais mártires da fé do que em qualquer outra época da história da Igreja, não se constatam pressa nem zelo para elaborar o martirológio.

O comunismo cresceu graças a uma maciça apostasia dos cristãos. Não é certo que esta apostasia, e menos ainda os compromissos e as cumplicidades de gravidade variável, sejam considerados como verdadeiros culpados. Eles são, em geral, considerados pecados venais e freqüentemente louváveis pelas intenções generosas. A razão simples é que os cristãos não foram ainda totalmente purgados das ideias comunistas misturadas no seu espírito com as ideias humanitárias e introduzidas por estas últimas entre os fiéis e no clero. Sob formas dissimuladas e inconscientes, através das tendências heréticas já citadas, elas são sempre ativas. Mesmo atualmente ouve-se falar de uma “terceira via” entre capitalismo e socialismo. E porque não se tomou ainda consciência de que subsumar nosso mundo sob o conceito de “capitalismo” significa que já se entrou no mundo dicotômico da ideologia, da qual, no entanto, se crê estar muito distante. A sobrevivência desses hábitos de pensamento é uma razão a mais para o esquecimento. De fato, não se sabe ainda claramente
qual parte do mundo cristão seria necessário recordar.

O esquecimento judeu do comunismo

O que acaba de ser dito do esquecimento cristão vale também para o esquecimento judeu – salvo, claro, no que se refere ao núcleo da fé. O

comunismo não foi uma invenção judia. É mais fácil traçar suas origens no cristianismo do que no judaísmo, que só fez, a esse respeito, seguir-lhe os passos. Mas numerosos judeus aderiram a ele desde seu nascimento na metade do século XIX, associando-se em seguida com o mesmo zelo e a mesma inquebrantável convicção, abandonando assim a sua comunidade, a sua história e a sua fé, da mesma forma que os cristãos abandonaram a deles.

Nessa aventura, os judeus desempenharam um papel importante, mas raramente principal. Em 1917, a maioria dos judeus da Rússia não seguiu o partido bolchevique. Eles foram vítimas tanto quanto quaisquer outros. Nesse partido, eles ocuparam durante muito tempo posições de primeiro plano, mas cada vez mais subordinados à medida que se desenvolvia o anti-semitismo. O que não impede que personagens como lagoda, Kaganovitch e muitos outros na Rússia, na Europa Central e Oriental rivalizem com os mais assustadores criminosos deste século. Abre-se assim, portanto, espaço para a memória e o arrependimento, se pelo menos considerar-se que esses judeus apóstatas continuam a ser judeus. Até aqui a amnésia e o esquecimento parecem tão espalhados, e a consciência tão em paz, quanto no mundo cristão.

A memória judaica do nazismo

No momento de abordar esse tema, convém, me parece, sublinhar um ponto raramente destacado. Sabe-se que, desde que ele retornou pela emancipação na história comum do Ocidente, no final do século XVIII, o povo judeu, ou pelo menos alguns de seus membros, se associou a todas as empresas, boas ou más, dos povos aos quais ele estava mescl ado. Na história feliz ou desastrosa do pensamento, da vida política, social, econômica, os judeus estão presentes. Mas não no nazismo, por definição. Nesta empresa, de que não existe neste século uma outra mais puramente voltada para o mal senão o comunismo, os judeus são vítimas, não são culpados. Os profetas bíblicos teriam considerado isso uma grande graça, pois sua lição era a de que seria preferível a morte a um tal pecado. Os judeus ficaram então isentos de uma tentação em que outros caíram em grande número entre as “nações”. Desse ponto de vista, eles se sentem com razão inocentes e excluídos.

Sobre o fato nazista, dois fatores extrínsecos exacerbam a memória judaica.

O nazismo, sendo dado como o inimigo declarado da democracia –

enquanto que o comunismo se apresentou como seu realizador –, tomou-se o pólo negativo em relação ao qual se determina o movimento democrático que continua de forma acelerada e universal desde 1945. Além disso, tendo sido classificado na extrema direita, o nazismo é, por excelência, repelido pela esquerda. Na França, que foi ocupada, onde existiram compromissos e cumplicidades, onde um regime fascista se instaurou durante a guerra, a esquerda tem interesse em pretender o monopólio do "anti-fascismo", confundido com o antinazismo. Interesse então em colocar do seu lado a opinião judaica e em pôr forte pressão sobre essa memória, o que implica esta opinião sobre territórios que são mais os da esquerda do que aqueles onde se encontram os interessados da comunidade judia.

A memória judaica sente-se alarmada, com toda a razão, por correntes de pensamento que a ofendem diretamente. O "negacionismo" é o tipo extremo disso. Ele se distancia a tal ponto da verdade e do bom senso histórico que só pode ser apoiado por alguns indivíduos sem a menor autoridade intelectual. É desagradável que essa corrente seja proibida na França por uma lei, que leva além disso o patrocínio do partido comunista. Uma questão de verdade não deve ser retirada legalmente do campo moral da discussão. Aqueles que negam os fatos mais solidamente confessados podem se lamentar, mais do que isso, valer-se de uma privação de liberdade de pensamento e assim escapar à desonra a que essa liberdade os expõe.

A banalização da Shoah é uma outra causa de dor. No uso corrente, a palavra "genocídio" assumiu uma extensão abusiva. Ela é aplicada a tantas coisas, sérias ou não, seja à matança de bebês focas ou à caça às baleias.

Desde que os homens sejam suficientemente numerosos para lutar, eles se massacram uns aos outros. As leis da guerra antiga previam a morte para os homens em idade de guerrear, a redução das mulheres e crianças à escravidão. Seguindo o uso atual, a guerra de Tróia e as guerras púnicas são genocídios. Eurípides, em As troianas, e Tucídides, ao relatar a punição dos melianos, descreviam os genocídios. O Drang nach Osten da Alta Idade Média alemã fez desaparecer, entre o Elba e o Oder, vários povos eslavos e bálticos.

As guerras tribais africanas, agora que as armas modernas substituíram as azagaias, chegam a um milhão de mortos em poucos meses. Muitos povos que já tiveram sua glória, hoje estão completamente dizimados.

Um massacre não é um genocídio. Num sentido jurídico, ratificado por uma convenção internacional, o genocídio é "a destruição metódica de um grupo étnico". Definição insuficiente: muitos massacres entrariam nesta definição; e,

por outro lado, se se coloca em dúvida que os judeus sejam um “grupo étnico” –, o que significaria retomar a concepção nazista – a Shoah não se encaixa nesta categoria!

Para ficar na positividade histórica e nos limites do século XX, proponho aceitar por convenção que um genocídio no sentido próprio do termo, relativamente ao simples massacre, requer o seguinte critério: é preciso que a matança tenha sido premeditada no quadro de uma ideologia que coloque como objetivo o aniquilamento de uma parte da humanidade a fim de impor a sua concepção do bem. O plano de destruição deve englobar a totalidade do grupo visado, mesmo se ele não é levado até o fim por razões de impossibilidade material ou de reviravolta política. O único precedente conhecido poderia muito bem ser a Vendéia, que, segundo as ordens dadas pela Convenção, deveria ser “destruída” em sua totalidade. Carrier escrevia: “É por princípio de humanidade que eu expurgo a terra da liberdade desses monstros.” De fato, na zona de destruição expurgou-se cerca de um quarto da população, o que está bem próximo dos desempenhos do século XX.

Aplicando-se esse critério, distingue-se primeiro o genocídio nazista dos judeus e dos ciganos, genocídio “puro”, ao qual se pode juntar o dos deficientes físicos de que Hitler se livrou às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Junto também o genocídio ucraniano de 1932-1933, que se une ao genocídio da Vendéia na medida em que ele foi realizado enquanto os camponeses tinham cessado toda resistência e interrompido quando o objetivo político foi considerado atingido. Acrescentemos também os genocídios armênio de 1915, e o cambojano. Todos os genocídios foram objeto de um planejamento prévio e resguardados pelo segredo. Esses segredos não resistiram à derrota militar ou à queda dos regimes responsáveis. No entanto, o segredo sobre o genocídio ucraniano só foi revelado de forma confidencial e ainda hoje está longe de ser documentado com precisão. Estima-se geralmente que ele produziu entre cinco e sete milhões de mortos. Pode-se pensar que houve ainda outros genocídios de que não se ouviu falar.

O genocídio armênio, por mais incontestável que seja, mantém ainda algo do massacre “clássico”. Os jovens turcos projetavam construir seu país como nação nos moldes do modelo jacobino e, para realizar a unidade, mobilizaram os bachi'buzuks, uma antiga receita de império que eles tinham aplicado várias vezes, particularmente em 1895, contra os mesmos armênios. Essa receita herdava regras impiedosas da guerra antiga. Na China, os japoneses fizeram a mesma coisa. Os genocídios ucraniano e judeu, por seu lado, repousam

unicamente sobre o projeto ideológico, o que os reúne em um mesmo tipo. No primeiro, se trataria de alargar e de obter o controle comunista aniquilando a força de resistência que era o sentimento nacional, ou simplesmente a existência da nação ucraniana. Uma vez atingido esse objetivo, não era necessário ao projeto em seu conjunto, nem mesmo desejável, "liquidar" o resto da população. À véspera de sua morte, Stalin pensava em retomar a operação. No segundo, o projeto de pureza racial supunha a eliminação física de todos os judeus, sem exceção. No que ele se assemelhava, desta vez, aos massacres tradicionais, como em particular ao massacre-genocídio armênio, em que mulheres e crianças compunham pirâmides de cadáveres; ou, mais recentemente, ao massacre dos tutsis pelos hutus. No entanto, há uma diferença.

Na verdade, a imensa maioria dos judeus – mas não apenas os judeus – tem consciência de uma diferença irredutível entre o que lhes aconteceu e o que aconteceu aos outros povos. Consciência inextirpável, mas obscura, fonte de uma interrogação permanente sobre a qual não há resposta unânime.

Houve numerosas vozes judias, e não das menores, desde Raymond Aron, Boris Suvarine e Hannah Arendt, para dirigir aos dois horrores do século um olhar equânime e um julgamento imparcial. O recente e nobre artigo de Anne Applebaum, "A Dearth of Feeling!, refuta de início a opinião daqueles que deixam entender que os judeus, egoisticamente fechados em sua dor, ficam insensíveis à dor dos outros. Em um de seus últimos textos, Annie Kriegel recordava que, a respeito do stalinismo, alguns judeus não tinham interesse em cultivar excessivamente a lenda de sua "inocência fundamental de vítimas".

Não creio, no entanto, que, naqueles que eu acabo de citar, o espírito de justiça apagasse o sentimento da diferença. Para que seja completamente obliterado, é preciso seguir até o fim a tendência "assimilacionista". Um tal ponto de vista avança junto com a fadiga do judaísmo e o desejo, certamente compreensível, de se desfazer dos embaraços ligados a este vínculo. Em um contexto de laicização integral, é de fato difícil fundá-lo sobre o que quer que seja. Se alguém não se sente de forma alguma sujeito às múltiplas obrigações da Torá, por que seria necessário que seus "ódios" os encerrassem para sempre? Se ficamos insensíveis ao apelo do sionismo, se por outro lado estamos conscientes das devastações causadas há dois séculos pelo nacionalismo, por que reivindicar uma dependência de tipo nacional? Se existe, contudo, uma lição da história, entendida no sentido mais positivo, é que a identidade judia, mesmo se não consideramos mais sua legitimidade de direito, continua, pelas vias mais estranhas, a existir de fato. Nada jamais foi capaz de apagar esta marca, nem

mesmo os esforços daqueles que, tendo-a recebido, não a desejavam mais. Queira-se ou não, o gênero humano continua a se dividir em judeus e em gentios.

Uma segunda atitude, pelo menos na França, é infelizmente bastante comum. Ela atribui à Shoah uma unicidade absoluta, reprovando com indignação, como diante de uma profanação, toda tentativa de comparação com outros acontecimentos da história. Mas nesta definição da unicidade só entram circunstâncias materiais, excluindo aspectos metafísicos ou, mais exatamente, religiosos: a câmara de gás, a indústria da morte, o extermínio de crianças, o projeto de aniquilar um povo inteiro. Estas circunstâncias são de fato incomparáveis, e o extermínio nazista compõe um quadro único. Mas todo acontecimento na história, considerado em si mesmo, é único e impossível de ser repetido. Em outros extermínios contemporâneos, elementos horríveis similares são encontrados, outros não, e alguns elementos diferentes se apresentam, ausentes da Shoah. Todos são únicos, como é única para cada mãe a morte de seu filho; mas todas as crianças que morrem também têm uma mãe.

O inconveniente principal desta atitude é o de dar uma ideia falsa do judaísmo como se, contrariamente ao que ensinava tanto a Bíblia quanto o Talmude, uma vida não valesse uma vida e um crime não fosse equivalente a um crime definido de forma igual; fazer crer que os judeus praticam um julgamento de dois pesos e duas medidas; que eles introduzem na consciência histórica um tipo de “concorrência das vítimas” em que, permanecendo todas as categorias iguais, uma seria no entanto “mais igual” que as outras. Esta atitude, bem entendido, corre o risco de suscitar uma irritação nos povos que sofreram tanto, ainda que de forma diferente. Eles serão tentados a retomar por sua conta o protesto de Shylock: não temos, como vocês, sentidos, paixões, não sangramos quando nos ferem, não morremos quando nos matam, nós não somos também homens? “Alimentado com a mesma comida, ferido com as mesmas armas [...], aquecido e congelado com os mesmos inverno e verão...”

Eis, pois, aonde levaria o abandono do religioso: em fazer crer que elementos materiais ou dons morais fundamentam uma diferença de essência entre os judeus e os outros. Isto coloca a eleição e os privilégios lá onde eles não estão, lá onde eles não podem ter legitimidade reconhecida, e ignora a verdade da eleição e dos privilégios lá onde ela está, como um fruto gratuito e de fato único da aliança divina de que eles dependem inteiramente, assim como o judaísmo sempre ensinou.

Esta legitimidade é reconhecida em princípio fora do mundo judeu, no

mundo cristão que, a despeito de seus erros, sempre aceitou como válido e normativo o documento anterior a ele do Antigo Testamento. Mas se uma corrente de ideias quer construir o ser judeu fora da relação particular que esse povo mantém com o Deus de Abraão e de Moisés, que sentido o mundo não-judeu poderia dar à Shoah de que essa mesma corrente afirma que ela não tem nenhum sentido e que ela é negatividade pura? Do exterior, ela se parece então com um estranho par do cristianismo, mas sem que a morte do Inocente ou dos inocentes, de que toda a humanidade tem, de alguma forma, a culpa, seja portadora da redenção e da reconciliação. Colocar no centro da consciência um fato negativo, o mais negativo possível, um mal absoluto, sem colocar a vitória final do Bem, é instalar nela uma dor que corrói, inconsolável e vingativa diante do mundo inteiro, porque, sempre na analogia do Cristo, ele é completamente culpado.

É também perigoso afastar-se da vocação particular de Israel, que é uma vocação sacerdotal a serviço da humanidade comum. E uma tradição no judaísmo que a presença judaica entre as nações seja para estas uma bênção. O que seria se esta presença se tomasse portadora de uma acusação universal?

Por que será que na França essa corrente, que sem dúvida não tem a representatividade que ela se atribui, é a mais ruidosa? Napoleão deu aos judeus um estatuto confessional de direito comum e lhes recusou um estatuto cívico particular. Nessa parte do judaísmo francês que tinha se destacado da religião, mas que tinha mantido na quase-assimilação e no patriotismo indiscutido o instinto da “diferença”, era forte a tentação de vincular essa à injustiça mortífera de que ela tinha sido vítima por parte do nazismo, à violação de seus direitos e a seu abandono pelo regime de Vichy; depois, por círculos sucessivos, ampliar uma imputação de cumplicidade ao infinito.

Essa tentação é reforçada pelo clima laicista do mundo intelectual francês que, tendo perdido de vista a teologia, considera a Bíblia e o povo que a sustentou, um elemento da cultura, no mesmo nível que a filosofia grega e o direito romano. “O povo judeu”, escreve François Furet em sua correspondência com Emst Noble, “é inseparável da Antiguidade clássica e do cristianismo [...]. Martirizando-o, buscando destruí-lo, os nazistas matam a civilização da Europa.” É absolutamente verdade, mas não é suficiente, mesmo em relação a uma história laicizada. Afinal, a cultura européia se desenvolveu sozinha a partir de uma Grécia desaparecida, de uma Roma derrotada e mantendo à margem o povo judeu de quem o livro sagrado tinha fracassado, como se afirma, na herança cristã exclusiva. Mas toda a questão reside no sentido desse povo por tanto

tempo excluído, mas, ainda assim, presente, depois “incluído”, mas “inassimilável”, e no próprio sentido do assalto de que ele foi objeto. A abordagem cultural não resolve o mistério de Israel. Da mesma forma que ela não resolve o mistério cristão. De Saint-Beuve a Maurras, passando por Renan (que tratou de um e de outro), essa brilhante historiografia aborda elogiosamente a contribuição civilizadora do cristianismo, dando por estabelecido que a questão de sua verdade foi definitivamente decidida de forma negativa. Pode-se perguntar se o projeto de Maurras de promover um catolicismo sem a fé cristã não tem um tipo de paralelo inconsciente com esse judaísmo desvitalizado, mas ainda mais exacerbado por ter perdido seu coração vivo.

O passado nos mostrou de modo exagerado que o anti-judaísmo cristão era tão mais vivo quanto mais ignorantes dos artigos fundamentais de sua religião eram os meios de onde ele provinha. O bom Sancho Pança resumia sua confissão de fé em dois pontos: a veneração à Virgem Maria e o ódio aos judeus. Mas quando a fé havia desaparecido, o anti-semitismo se estendera da forma mais ampla, sem que essa mesma fé ainda desempenhasse, mesmo que mutilada, seu papel de freio. Na literatura anti-semita de antes da guerra, não podia haver um judeu bom: o mais simpático, o mais virtuoso leva, apesar dele, um vírus destruidor, inimigo do povo cristão. Além disso, toda a história da Europa foi reconstruída em torno de um complô universal contra o judaísmo. Mas, no ano do processo Papon, ouvimos essas afirmações que nos levaram a pensar, por exemplo, que o anti-semitismo era tão virulento em torno de De Gaulle quanto de Pétain; que a história da França tinha como eixo essencial o ódio aos judeus, de São Luís à prisão de Vel’d’Hiv’. Acabo de ler um romance cujo sentido é, creio, que não pode haver *bon goy*, menos ainda bom cristão, pois arranhando um pouco pode-se fazer surgir o ódio anti-semita e o fornecedor de câmaras de gás que ele contém em germe. Esses sentimentos, que se apegam à forma inversa do anti-semitismo de ontem, saem, na minha opinião, de meios análogos àquele que produzem esse último, com a mesma ignorância não só da religião que está do outro lado, mas também da sua mesma e a própria exasperação nacionalista que faz as vezes de religião. Ao risco, como escreveu espiritualmente Alain Finkielkraut, de dividir a opinião pública em “excitados e exasperados”.

Não quero levar demasiado longe o paralelo, o que correria o risco de rapidamente tornar-se injusto. De modo objetivo, os judeus sofreram infinitamente mais à mão dos gentios do que estes às mãos daqueles. O anticristianismo judeu é menos incoerente com a fé judaica do que o antijudaísmo dos cristãos, que se põem assim imediatamente em contradição

com sua fé. Além disso, de uma certa forma, esta atitude pode ser vista como um primeiro passo de um retomo ao Sião depois de um século de secularização. Se, por um lado, esta opinião apaixonada não pode ser vista como uma forma de fugir do verdadeiro judaísmo permanecendo-se judeu, do outro ela o reencontra em um de seus preceitos mais fundamentais, o de não abandonar a comunidade.

Israel foi construído para ser a pátria comum dos judeus fiéis à Lei e dos que tinham se libertado, que queriam viver livres e em segurança. O que havia de mais comum entre os que vinham da Europa era exatamente o fato de que eles tinham sido, no seu conjunto, objeto de uma tentativa de aniquilação. É por isso que a Shoah foi invocada como um princípio de legitimidade diante de todos os povos que têm uma parte de responsabilidade, como diante dos judeus afastados da Torá e para quem a legitimidade bíblica tinha se tornado um princípio externo. Uma "religião da Shoah" seria, no entanto, absolutamente incapaz de se misturar ou de se substituir à religião bíblica sem cair na idolatria e sem agravar uma intimidade entre os judeus e as nações que a barreira da Torá não impõe.

Uma terceira posição é a de se interrogar sobre a Shoah aprofundando o vínculo que liga o povo judeu ao Deus de seus pais. Uma convicção de fé não pode ser deixada de lado: o povo judeu sofreu pela causa de Deus. Esses são, desde a Aliança, o peso e o preço da eleição. Diante do nazismo, esse concentrado de idolatria e de blasfêmia, ele lutou e testemunhou pela honra do Nome. É, no entanto, impossível medir o tamanho do escândalo que significa este acontecimento e a dificuldade de pensá-lo teologicamente.

O povo judeu só existe como parceiro de uma Aliança com um Deus que se comprometeu com promessas: "Pois a porção do Eterno é seu povo; Jacó é a parte de sua herança. Ele o encontrou em uma região deserta, em uma solidão de terríveis gritos; ele o cercou, se ocupou dele, protegeu-o como a menina dos seus olhos, como a águia que desperta sua ninhada, dá a volta sobre seus filhotes, estende suas asas, os toma e os leva em suas plumas." (Deuteronômio, 32,10). Há 20 textos como esse na Bíblia. É justamente a porção do povo que acreditava nessas promessas com o maior fervor – as comunidades piedosas da Europa Central e Oriental – que sofreu o peso principal da catástrofe. A porção relativamente incrédula foi a mais poupada, a que, antes da guerra, ousou, contra a opinião da maior parte dos rabinos, pensar e realizar a utopia sionista; e a porção mais infiel que, durante a guerra, no quadro do comunismo mais fanático, lutou eficazmente contra a máquina nazista.

O judaísmo não conhece essa familiaridade com o mal, esse

reconhecimento da permanência e da recorrência do mal que introduziu no mundo cristão o dogma do pecado original. Este dogma não é recebido em sua forma pauliniana pelos Sábios de Israel. Menos ainda, em conseqüência, a dialética do pecado e da graça, da vitória possível do mal e da vitória certa – na esperança – do bem. O autor judeu do Apocalipse siríaco, chamado Baruch, rejeita-a expressamente: “Adão só foi causa para si mesmo, e cada um de nós tornou-se o Adão de sua própria vida.” Então, por que os justos, e sobretudo os justos, morreram?

Na Shoah, cada um morre sozinho, como pessoa única. Sabemos que, diante do “silêncio de Deus”, numerosos são os que rezaram, que mantiveram e até reencontraram a fé. Numerosos são os que a perderam. A reflexão teológica sobre a Shoah é intensa e diversificada. Alguns rabinos lhe atribuem ou lhe negam uma semelhança de natureza com as outras catástrofes que afetaram Israel desde os tempos antigos. Outros meditam sobre as misteriosas aporias do Livro de Jó. Outros ainda a colocam em uma relação misteriosa com a ressurreição de Israel na Terra Prometida. Emil Fackenheim parece pender para uma teologia da “morte de Deus”. Hans Jonas, grande especialista da gnose, propõe, sem acreditar muito, creio, um mito gnóstico da impotência e do afastamento de Deus dos negócios deste mundo. Deixemos desenvolver-se esta reflexão que não está perto de chegar a um fim ou a um acordo. Mas é provavelmente por esse trabalho de elaboração teológica, qualquer que seja a figura final, que poderão ser superadas as contradições e as dificuldades das duas primeiras atitudes suscitadas e que poderão ser satisfeitos não só o espírito do filósofo e do teólogo, mas também o do historiador preocupado em não negligenciar nenhum fato.

A memória cristã do nazismo

Enquanto a reflexão sobre o comunismo permanece muito marginal na consciência cristã, a lembrança do nazismo a corrói e produz efeitos de grande alcance.

Embora o humanitarismo socialista a predispusesse para o comunismo, ela foi levada ao fascismo e, na Alemanha, ao nazismo por um ramo vizinho do mesmo tronco romântico: o ideal comunitário e orgânico, insensivelmente transformado em ideal “étnico”. O cardeal Faulhaber, arcebispo de Berlim, aliás um tenaz resistente a Hitler, havia imprudentemente confessado, em um sermão de 1933, que a Igreja “não via objeção alguma no esforço para conservar tão

puras quanto possível as características nacionais de um povo e assim estimular o seu espírito nacional, colocando o acento sobre os vínculos de sangue que consagram a sua unidade". Ele nem sequer imaginava o eco sinistro que lhe chegaria pouco depois dessas palavras.

As igrejas cristãs alemãs resistiram de forma desigual. Uma parte minoritária se rendeu completamente à tendência "cristã alemã", mais do lado protestante que do católico. Uma outra, a mais importante, procurou salvar o que fosse possível, amenizar o regime, proteger as pessoas, com um modesto sucesso. Uma última parte, tão reduzida quanto é razoável esperar em todo regime totalitário, protestou, opôs-se ao perigo, às vezes com o sacrifício da própria vida.

Com o regime nazista destruído, não houve anistia. Os criminosos foram julgados e condenados. Toda a Alemanha foi convocada para um gigantesco exame de consciência, convidada a renegar o que na sua história e no seu pensamento tinha preparado o desastre. Isso teve como preço uma espécie de dilaceramento da alma alemã e um eclipse da sua capacidade criativa. A forma como esse povo arruinado, dizimado, cortado em dois, desonrado, resistiu ao desespero e retomou o trabalho aceitando o castigo é digna de admiração. A rápida recuperação da Alemanha depois de 1945 e a longa estagnação da Rússia depois de 1991 não deixam de ter relação com a humildade de uma, finalmente reencontrada, e o orgulho da outra.

O nazismo chacinou muitos cristãos: só na Polônia, três milhões, tantos quantos os judeus. Ele estava determinado a aniquilar a Igreja rapidamente. No entanto, a realidade é que a memória cristã do nazismo não se concentrou no massacre geral nem nas perseguições à Igreja, mas muito especificamente na sorte dos judeus e na responsabilidade das Igrejas no conjunto dos acontecimentos referentes à solução final.

Profundamente atacada nesse ponto, a Igreja católica fez valer seus argumentos. O padre Blet, S. j., historiador cuja competência é notória e reconhecida por seus pares, reuniu-os recentemente em uma obra documentada sobre os arquivos do Vaticano: de todos os corpos constituídos subjugados pelo nazismo, afirma ele, a Igreja foi o que salvou mais judeus. O padre Blet avalia seu número em 800 mil. A encíclica Mit Brennender Sorge (março de 1937) condena expressamente o racismo e as diversas idolatrias da raça, do sangue, da nação. O silêncio de que é acusado Pio XII pode ser explicado pela prudência e pela preocupação por uma eficácia máxima; por exemplo, para não suscitar reações nazistas ainda mais mortíferas, como tinha acontecido nos Países Baixos

quando os bispos tinham elevado a voz em protesto; salvar um circuito eclesiástico e um esquema diplomático que permitiria agir debilmente na Alemanha, com base na concordata, e mais fortemente nos países satélites mas que não tinham ainda sido ocupados, como a Hungria ou a Eslováquia; não enfraquecer sistematicamente a Alemanha face à ameaça soviética, que o Papa considerava, com razão, como mais perigosa ainda a longo prazo para a humanidade inteira que o nazismo. Ele se explica também pela dificuldade de crer em algumas informações que filtraram do grande segredo nazista, porque elas eram (assim como para os dirigentes ocidentais da Grande Aliança) incríveis. Esses argumentos do padre Blet, que devem ser ouvidos com atenção, deixam, no entanto, dois pontos sem solução:

Em primeiro lugar, a ação da Igreja em favor dos judeus mostrava por seu estilo que ela os olhava como vítimas aos quais ela devia prestar ajuda em virtude de um dever geral de humanidade e de caridade. Ela se sentia tão estranha a eles quanto eles a ela, e aceitava esta simetria. Não considerava que o nazismo, ao atacar o povo judeu, atacava dessa maneira o cristianismo em sua raiz ainda viva; que atacando também a Igreja, não se tratava de dois crimes diferentes, de dois sacrilégios, mas de um só, o mesmo. O famoso silêncio de Pio XII, que não foi tampouco absoluto como se diz, quaisquer que sejam os motivos prudentes, talvez justificados – quem pode dizê-lo meio século depois? –, reveste-se, por causa de sua carga, de um tom mais dramático do que o silêncio igual dos dirigentes políticos da Aliança, que consideravam os judeus, mesmo quando eles quisessem protegê-los, como nacionais estrangeiros. Pio XII não os considerava, como o fez mais tarde João Paulo II, “irmãos mais velhos” na única fé.

O marcionismo teórico era condenado com vigor por Pio XI na encíclica de 1937, sem que, no entanto, ele tivesse julgado oportuno fazer referência a essa antiga heresia. Mas ele não menciona tampouco os judeus, não pronuncia esse nome, e esse silêncio me parece ainda mais atordoante do que aquele de Pio XII, porque ele era livre em Roma e em um Estado soberano. A condenação teórica não impediu o desdobramento prático dos anos posteriores. Mais exatamente, o crime nazista descobria de modo brutal o grão de marcionismo escondido e envolto na teologia ordinária da Igreja sob a relação entre judeus e cristãos. Os judeus são a relíquia subsistente, a testemunha do vetus Israel agora caduco e expropriado de sua herança caída por inteiro nas mãos do verus Israel. Assim, os judeus mantêm com os cristãos apenas a relação ambivalente de uma lembrança arqueológica, meritória por ter preparado a vinda do Cristo, com o

sentimento de culpa por não tê-lo reconhecido e tê- lo crucificado. Não se lhes devia então senão uma caridade geral, mas equívoca, porque os outros estranhos à Igreja não mereciam nem esse elogio nem essa censura. A atitude cristã durante a guerra se modelou nesse equívoco, pendendo tanto para um lado como para o outro.

O segundo ponto: na dependência desse "estranhamento" teológico em relação ao povo judeu, a Igreja, ou, pelo menos, o seu pessoal, sofreu a sideração da mentira ideológica.

O primeiro passo em falso foi assumir uma concordata com o regime hitlerista. Era a consequência de uma falta de análise política. O regime nazista era entendido como uma forma agravada dos regimes autoritários, despóticos, tirânicos de que a Igreja tinha encontrado uma rica coleção em sua história milenar. Ela não se deu conta a tempo da novidade absoluta do nazismo, até mesmo em relação ao fascismo italiano, com o qual tinha legitimamente assinado uma concordata que lhe garantisse um *modus vivendi* provisório. Mas a concordata comprometia a Igreja sem comprometer o regime nazista. A Igreja manteve-se numa moderação exa gerada com receio de perder os últimos pedaços de um tratado cada vez mais violado.

O segundo passo em falso, que decorre do primeiro, é ainda mais grave: é o de ter sido obrigada a levar a sério o quadro do mundo imposto pelo nazismo. Nos documentos das nunciaturas, há um tom de aceitar como algo automático a realidade do "problema racial" e a distinção entre os arianos e os não-arianos.

Há nisso uma regra geral. Quando estamos diante de um regime ideológico, a primeira coisa a fazer e a linha que se deve ter absolutamente até o fim é a de recusar, sem discussão, a descrição da realidade que ele propõe. Se colocamos o dedo na engrenagem e nos recordamos que há nesta descrição uma "parte de verdade", se aceitamos, por exemplo, que existem arianos e não-arianos e, então, que existe um "problema judeu", estamos perdidos e a vontade só obedece a uma inteligência falseada. Só resta suplicar aos "arianos" para que resolvam "humanamente" esse "problema". Na ideologia, a "parte de verdade" que concentra o poder de sedução é o próprio centro da falsificação e o que há de mais falso. A regra vale para toda ideologia e, particularmente, para a ideologia comunista. Desde o momento que se admitia uma descrição da realidade tal como ela era dividida entre o socialismo e o capitalismo, nada mais restava senão suplicar simetricamente aos dois "campos" para obedecerem aos princípios gerais da moral, prestes a reconhecer ao primeiro uma superioridade de princípio por ter acabado com a "exploração".

O não, a recusa da discussão, deve ser combatido desde o primeiro passo. Senão perde-se a noção da lógica falsa que se produz no segundo passo, que é introduzido por um então. O Tratado de Versalhes humilhou a Alemanha, então é preciso tomar tal medida para resolver o problema judaico, então... até que, por uma derivação insensível do raciocínio, chega-se à solução final. Os operários são explorados, então é preciso fazer a revolução, então... etc. É preciso fugir da "parte de verdade" porque sua verdade, de caráter no entanto indiscutível, já está inserida no sistema lógico demencial.

Se é permitido medir com um recuo histórico suficiente a resistência intelectual ao nazismo e ao comunismo, somos tentados a julgar que a resistência dos cristãos que permaneceram como tais e imunes a toda tentação e compromisso foi fundada antes na correção moral do que na lucidez da inteligência. Entre os raros analistas do período mais crítico, aquele que vai, digamos, de 1935 a 1950 (Orwell, Koestler, Souvarine, Aron), vêem-se relativamente poucos pensadores cristãos. Certamente que um Maritain, um Joumet, um Gaston Fessard, um Karl Barth (mas este último somente a respeito do nazismo) encontraram na firmeza de sua teologia como iluminar o seu discernimento. Em outros, muito numerosos, o uso correto da razão era, ao contrário, perturbado pelo reflexo religioso. A fé, a caridade estavam inteiras, mas, sobretudo, eram paralisadas pelas impurezas da doutrina, pela timidez e pela insuficiência do trabalho intelectual.

No entanto, enquanto a intimidação comunista ia atrasar durante dezenas de anos o exame de consciência a seu respeito (ele verdadeiramente não começou), a derrota completa do nazismo, a amplitude pública de seus crimes fizeram com que a consciência moral e teológica do acontecimento tivesse se colocado em movimento na Igreja logo após o fim da guerra.

O cardeal Ratzinger declarou recentemente (1996): "É importante que o Holocausto não tenha sido cometido por cristãos e em nome de Cristo, mas por anticristãos e também como fase prévia ao extermínio do cristianismo." No entanto, ele imediatamente acrescenta: "Mas isso não muda nada o fato de terem sido os homens batizados os responsáveis. Mesmo se a SS fosse uma organização de criminosos ateus e mesmo que não houvesse cristãos entre eles, a verdade é que eles tinham sido batizados. O anti-semitismo cristão tinha preparado o terreno até um certo ponto, não é possível negá-lo [...]. É decerto um motivo de constante exame de consciência." Um ponto notável dessa declaração é a seriedade com a qual é encarado o sacramento do batismo. O cardeal não considera que o abandono da fé e da religião cristã libere os criminosos de sua

qualidade de cristãos. Sua apostasia não elimina em nada seu batismo e, portanto, a Igreja, de que eles objetivamente são parte em algum grau, não os libera de sua responsabilidade. Se o mundo fica tão incomodado sobre a qualidade de judeu de um indivíduo que no entanto não se reconhece como tal (no comunismo, por exemplo), ele está no direito de sê-lo tanto como na qualidade de cristão de um batizado apóstata.

A Igreja faz recair essa responsabilidade principalmente sobre seu ensino. Um documento romano de 1988 reconhece que o tom antijudaico de sua tradição mais antiga preparou O terreno para um anti-semitismo racista, que seria estranho à Igreja. Esta é, na minha opinião, a forma correta de se colocar o problema. A Igreja é menos gravemente responsável pelos pecados de seus membros do que pelo ensino que lhes deu e não os preveniu suficientemente contra as solicitações malignas das circunstâncias históricas. De todos os seus atos, o ensino é aquele que comanda todos os outros. Homens como o grande rabino Jacob Kaplan ou como Jules Isaac lhe renderam um grande serviço interpelando-a sobre este ponto. Sabe-se que, desde a conferência de Seelisberg no Vaticano II e para além dela, com altos e baixos, eles foram reconhecidos. O "ensino do desprezo" já não existe.

Mas o exame de consciência não se deteve aí. Pouco a pouco a relação com os judeus, encarada primeiro como o restabelecimento de uma paz com um parceiro externo, aprofundou-se ao envolver a relação da Igreja consigo mesma. Era sua própria tradição que tinha que se submeter a exame, a sua própria interpretação das Escrituras. Descobriria-se que, sob o manto em que havia sido mantida a questão do estatuto dos judeus e do judaísmo depois da vinda do Messias, tinham proliferado ensinamentos ora falsos, ora insuficientes, cujas insuportáveis conseqüências constatavam-se agora. As ramificações desse ensino se estendiam muito além em todas as direções no patrimônio da Igreja e convidavam a um reequilíbrio geral. Que ainda não terminou. Pode ser que ele resulte em um acontecimento teológico tão importante quanto possam ter sido em seu tempo os concílios de Nicéia e de Calcedônia.

A unicidade da Shoah

Os longos argumentos e análises que compõem este ensaio foram necessários – ainda que certamente insuficientes – para dar um começo de resposta à questão colocada de início: como entender a unicidade da Shoah?

O trabalho da memória cristã sobre o nazismo, em seu aspecto diretamente

teológico, conclui-se naturalmente com o reconhecimento da unicidade da Shoah.

Houve, durante a guerra, e mesmo no seu término, vozes que interpretaram a catástrofe que se abateu sobre os judeus como a confirmação da maldição vinculada ao povo "deicida". Seria difícil ser mais abjeto do que isso. Mas desde o momento em que não se imputava mais a Israel o pecado (absurdo e já refutado pelo catecismo de Trento) de "deicídio", uma outra figura passava ao primeiro plano: aquela do servo sofredor do livro de Isaías, em que os judeus tinham sempre visto a figura de Israel, e os cristãos a do Cristo. A partir daquele momento, a analogia das duas figuras era interpretada a favor do povo eleito. Além disso, ela justificava a unicidade da Shoah ao levar em consideração um único critério, a qualidade única da vítima. O ponto de vista teológico dissipava qualquer confusão possível com um simples massacre ou, então, na gigantesca hecatombe da época, a Shoah era colocada à parte e assumia um significado diferente.

Não havia nada de tão banal no Império romano quanto o suplício da cruz. No final da revolta de Spartacus, a cruz balizava a Via Apia de Roma à Campânia. As guerras judaicas de Tito e de Adriano terminaram com a elevação de milhares de cruzes. Os próprios judeus, quando seu grau de soberania lhes dava o direito, empregavam de alguma forma esse modo de execução. Assim, segundo Flavius Josefo, o rei Alexandre fez crucificar oitocentos judeus no próprio centro de Jerusalém. O Messias foi colocado na cruz entre dois homens que o Evangelho afirma terem sofrido mais tempo do que ele, de tal modo ter sido necessário cortar-lhes as pernas para que eles morressem antes do sabá. No entanto, os cristãos estimam que não pode haver comparação entre a Paixão e suas execuções de rotina, porque, por mais horrível que seja o suplício dos homens, ele não permite imaginar o que pode ser a paixão de Deus feito homem; que a dimensão desta Paixão só pode ser medida em relação ao desígnio divino para a Criação. De modo análogo, esta incomensurabilidade deixa à margem o povo que recebeu a escolha, que permanece um instrumento nesse desígnio e do qual faz parte o Messias de Israel.

Os cristãos dispõem, então, de um esquema teológico coerente da Shoah, que faz ao mesmo tempo justiça ao sentimento judeu da diferença e justiça aos povos, cristão e judeu, que sofreram provações comparáveis, até semelhantes. Entre uns e outros não pode haver "concorrência das vítimas". Sem confusão nem separação, eles se distribuem em ramos iguais no coração dos sofredores inocentes, unidos em uma solidariedade de ordem teológica que falta ainda em

grande parte definir.

De fato, o que parece aos cristãos como um momento de agonia do longo trabalho da redenção parece evidentemente aos judeus como um simples escândalo. Alguns judeus rejeitaram a palavra “holocausto” pelo motivo de que, designando um sacrifício, não conviria dar nome a esse paroxismo insensato do mal, preferindo então a palavra neutra Shoah, “catástrofe”. Os cristãos poderiam ter aceitado a palavra “holocausto” porque ela foi vivida e recapitulada, justamente como sacrifício, pelo seu Messias. A incompreensão mútua em relação a esse acontecimento não repousa então em um mal-entendido, nem em uma má vontade, mas se refere às próprias raízes da fé judaica e cristã. Os cristãos consideram que, no limite do conhecimento, detêm uma das chaves. Mas ela só vale dentro dos limites da sua fé. É recusada pelos judeus, e os cristãos não compreendem que eles a rejeitem. Assim, o problema da unicidade da Shoah não pode encontrar solução completa aceita universalmente. Resta compreender claramente esta irresolução e aceitá-la.

Anexo

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DO BOLCHEVISMO

Existe atualmente um acordo bastante geral, pelo menos entre os membros do Instituto, sobre o grau de conaturalidade entre o comunismo de tipo bolchevique e o nacional-socialismo. A meu ver, é correta a expressão de Pierre Chaunu: gêmeos heterozigotos. Essas duas ideologias tomaram o poder no século XX. Elas têm como objetivo chegar a uma sociedade perfeita extirpando o princípio maligno que a bloqueia. Em um caso, o princípio maligno é a propriedade, então os proprietários, e depois, como o mal subsiste após a "liquidação enquanto classe" destes, a totalidade dos seres humanos, corrompidos pelo espírito do "capitalismo", que resulta em penetrar até no próprio partido. No outro caso, o princípio maligno está situado nas raças chamadas "inferiores", em primeiro lugar os judeus, depois, o mal continuando a subsistir após o seu extermínio, é preciso persegui-lo nas outras raças e na própria "raça ariana", cuja "pureza" foi maculada. Comunismo e nazismo invocam para a sua legitimidade a autoridade da ciência. Eles se propõem reeducar a humanidade e criar um homem novo.

Essas duas ideologias se pretendem filantrópicas. O nacional-socialismo quer o bem do povo alemão e declara prestar serviço à humanidade ao exterminar os judeus. O comunismo leninista quer diretamente o bem de toda a humanidade. O universalismo do comunismo lhe dá uma imensa vantagem sobre o nazismo, cujo programa não é exportável. As duas doutrinas propõem "ideais elevados", próprios para suscitar o devotamento entusiástico e atos heróicos. No entanto, elas ditam também o direito e o dever de matar. Citando Chateaubriand, profético neste caso: "No fundo desses diversos sistemas repousa um remédio heróico confesso ou subentendido: esse remédio é matar." E Hugo: "Você pode matar este homem com tranqüilidade." Ou categorias inteiras de homens. Justamente o que essas doutrinas fizeram quando chegaram ao poder, em uma escala desconhecida na história. É por essa razão que, aos olhos dos que são estranhos ao sistema, nazismo e comunismo são criminosos. Igualmente criminosos? Por ter estudado um e outro, conhecendo também os auges em intensidade no crime do nazismo (a câmara de gás) e em extensão do comunismo (mais de 60 milhões de mortos), o gênero de perversão das almas e

dos espíritos operado por um e por outro, creio que não se pode entrar nessa discussão perigosa, que é preciso ser respondida simples e firmemente: sim, igualmente criminosos.

O que nos leva a um problema: como é possível que hoje, isto é, em 1997, a memória histórica os trate desigualmente a ponto de parecer ter esquecido o comunismo? Sobre o fato dessa desigualdade não é necessário nos estendermos. Desde 1989, a oposição polonesa, com o primado da Igreja à cabeça, recomendava o esquecimento e o perdão. Na maioria dos países que saíam do comunismo, não se falou sequer em castigar os responsáveis que haviam matado, privado de liberdade, arruinado, embrutecido as pessoas, durante duas ou três gerações. Salvo na Alemanha Oriental e na República Tcheca, os comunistas foram autorizados a permanecer no jogo político, o que lhes permitiu retomar aqui e ali o poder. Na Rússia e em outras repúblicas, o pessoal diplomático e policial continuou nos seus postos. No Ocidente, esta anistia foi julgada favoravelmente. Comparou-se a confirmação da *nomenklatura* à evolução termidoriana dos antigos jacobinos. Há algum tempo nossa mídia voltou a falar com boa vontade da "epopéia do comunismo". O passado do Komintern do partido comunista, devidamente exposto e documentado, não o impede de forma alguma de ser aceito no seio da democracia francesa.

Ao lado disso, a damnatio memorice do nazismo, bem longe de conhecer a mínima prescrição, parece se agravar a cada dia. Uma ampla biblioteca se enriquece todos os anos. Museus e exposições mantêm, e com razão, o horror do crime.

Consultemos na *internet* o serviço de documentação de um grande jornal. Selecionemos os "temas" chamados por palavras-chave, que foram tratados de 1990 a 14 de junho de 1997, data da minha consulta:

- para "nazismo", 480 ocorrências; para "stalinismo", 7;
- para "Auschwitz", 105; para "Kolyma", 2;
- para "Magadan", 1; para "Kuropaty", 0;
- para "fome na Ucrânia" (5 a 6 milhões de mortos em 1933), 0.

Esta sondagem tem apenas um valor indicativo. Alfred Grosser (em seu livro *Im Mémoire et 1'Oubli),* declarava, em 1989: "O que eu peço quando se pesa a responsabilidade dos crimes passados é que sejam aplicados os mesmos critérios a todo mundo." Certamente, mas é muito difícil e é como simples historiador e não como juiz que eu gostaria somente hoje, *sine ira et studio,* de tentar interpretar esses fatos. Não posso ter a pretensão de esgotar o tema. Mas pelo

menos posso enumerar uma lista não limitativa de fatores.

1) O nazismo é mais bem conhecido que o comunismo, porque o número dos cadáveres foi amplamente divulgado pelas tropas aliadas, e vários povos europeus tiveram uma experiência direta do fenômeno. Pergunto frequentemente a estudantes se eles tiveram conhecimento da fome artificial organizada na Ucrânia em 1933. Eles nunca ouviram falar. O crime nazista foi principalmente físico. Ele não contaminou moralmente suas vítimas e suas testemunhas, às quais não se exigia uma adesão ao nazismo. Ele é então visível, flagrante. A câmara de gás concebida para exterminar industrialmente uma porção delimitada da humanidade é um fato único. O gulag, o laogai permanecem envoltos em brumas e continuam sendo um objeto distante, conhecido indiretamente. Uma exceção: o Camboja, onde hoje se abrem os ossários.

2) O povo judeu assumiu a memória da Shoah. Era uma obrigação moral para ele que se inscrevesse na longa memória das perseguições; uma obrigação religiosa ligada ao louvor ou ao questionamento apaixonado, à maneira de Jó, do Senhor que prometeu proteger seu povo e que puniu a injustiça e o crime. A humanidade inteira deve então render graças à memória judaica por ter conservado piedosamente os arquivos da Shoah. O enigma está do lado dos povos que esqueceram, e deles falarei em seguida. Acrescentemos que o mundo cristão procede desde o evento a um exame de consciência e se sente atingido intimamente pela indelével ferida.

3) A inserção do nazismo e do comunismo no campo magnético polarizado pelas noções de direita e de esquerda. O fenômeno é complexo. Por um lado, a ideia de esquerda acompanha a entrada sucessiva das classes sociais no jogo político democrático. Mas é preciso observar que a promoção da classe operária americana excluiu a ideia socialista, e que as classes operárias inglesa, alemã, escandinava, espanhola, fortalecendo-se, opuseram uma recusa majoritária à ideia comunista. Apenas na França e na Tchecoslováquia, no imediato pós-guerra e mais tarde na Itália, o comunismo pôde pretender se identificar com o movimento operário e assim se tornar um dos membros de direito da esquerda. Acrescentemos que, na França, historiadores como Mathiez, admiradores da Grande Revolução, fizeram de forma completamente natural um paralelo entre outubro de 1917 e 1792, e o terror bolchevique em paralelo com o terror jacobino.

Por outro lado, muitos historiadores de vanguarda mantêm uma consciência viva das raízes socialistas ou proletárias do fascismo italiano e do nazismo

alemão. Considero como testemunha o livro clássico de Elie Halévy, Histoire du socialisme européen, escrito em 1937. O capítulo 111 da quinta parte é consagrado ao socialismo da Itália fascista; o capítulo IV ao nacional-socialismo. Este último regime, declarando-se anticapitalista, expropriando ou eliminando as antigas elites, dando-se uma forma revolucionária, tinha com alguma razão que figurar, o que hoje seria inconcebível, em uma história do socialismo.

4) A guerra, ao estabelecer uma aliança militar entre as democracias e a União Soviética, enfraqueceu as defesas imunitárias ocidentais contra a ideia comunista, muito forte, no entanto, no momento do pacto Hitler-Stalin, provocando um tipo de bloqueio intelectual. Para fazer a guerra com convicção, uma democracia tem necessidade de que seu aliado possua um certo grau de respeitabilidade; caso conttário, ela lhe atribui. O heroísmo militar soviético assumia, com o incentivo de Stalin, uma forma puramente patriótica, e a ideologia comunista, deixada de lado, escondia-se. À diferença da Europa Oriental, a Europa Ocidental não teve a experiência direta da chegada do Exército Vermelho. Este foi visto como libertador, no mesmo nível que os outros exércitos aliados, o que não sentiam nem os bálticos, nem os poloneses. Os soviéticos foram juizes em Nuremberg. As democracias consentiram sacrifícios muito pesados para liquidar o regime nazista. Elas aceitaram em seguida sacrifícios menores para conter o regime soviético, até o fim, para ajudá-lo a sobreviver, com uma preocupação de estabilidade. Ele desmoronou por si mesmo e sobre o seu próprio nada, sem que as democracias tivessem algo a ver. Sua atitude não podia ser a mesma, nem seu julgamento igual, nem sua memória imparcial.

5) Um dos maiores sucessos do regime soviético foi o de ter difundido e aos poucos imposto sua própria classificação ideológica dos regimes políticos modernos. Lenin os vinculava à oposição entre socialismo e capitalismo. Até os anos 30, Stalin conservou esta dicotomia. O capitalismo, chamado também de imperialismo, englobava os regimes liberais, os regimes socialdemocratas, os regimes fascistas e, finalmente, nacional-socialistas. Isso permitia aos comunistas alemães manter uma balança equilibrada entre os “sociahfascistas” e os nazistas. Mas, aprovando a chamada política das frentes populares, a classificação tomou-se a seguinte: o socialismo (isto é, o regime soviético), as democracias burguesas (liberais e socialdemocratas) e, finalmente, o fascismo. Sob o nome de fascismo eram compreendidos conjuntamente o nazismo, o fascismo mussolinista, os diversos regimes autoritários que vigoravam na Espanha, em Portugal, na Áustria, na Hungria, na Polônia etc., e, finalmente, as

extremas-direitas dos regimes liberais. Uma cadeia contínua ligava, por exemplo, Chiappe a Hitler, passando por Franco, Mussolini etc. A especificidade do nazismo se perdia. Além disso, ele era fixado na direita, sobre a qual projetava sua sombra negra. Ele se tornava a direita absoluta, ao passo que o sovietismo era a esquerda absoluta.

O fato assustador é que, em um país como a França, essa classificação se tenha incrustrado na consciência histórica. Consideremos nossos manuais de história para uso dos ensinos secundário e superior. A classificação geral é: o regime soviético; as democracias liberais, com sua esquerda e sua direita; os fascismos, isto é, o nazismo, o fascismo italiano, o franquismo espanhol etc. E uma versão atenuada da vulgata soviética. Em compensação, não se encontra quase nunca nesses manuais a classificação correta, aquela sobre a qual existe o consenso entre os historiadores atualmente, mas que já tinha sido proposta desde 1951 por Hannah Arendt, a saber: o conjunto dos dois regimes totalitários, comunismo e nazismo, os regimes liberais, os regimes autoritários (Itália, Espanha, Hungria, América Latina) que provêm das categorias clássicas da ditadura e da tirania, organizadas por Aristóteles.

6) A fraqueza dos grupos capazes de conservar a memória comunismo. O nazismo durou doze anos; o comunismo europeu, conforme os países, entre 50 e 70 anos. A duração tem um efeito auto-anistiante. De fato, durante esse tempo imenso a sociedade civil foi atomizada, as elites foram sucessivamente destruídas, substituídas, reeducadas. Todo mundo, ou quase, de cima a baixo, traficou, traiu, degradou-se moralmente. Mais grave ainda, a maior parte dos que estariam em condições de pensar foi privadade conhecer sua história e perdeu a capacidade de análise. Lendo a literatura da oposição russa, que é a única verdadeira literatura do país, ouve-se um lamento dilacerante, a expressão tocante de um infinito desespero, mas quase nunca se encontra uma análise racional. A consciência do comunismo é dolorosa, mas ela permanece confusa. Atualmente, os jovens historiadores russos não se interessam por esse período, votado ao esquecimento e à repugnância. O Estado, aliás, fecha os arquivos. O único meio que poderia ter sido portador da memória lúcida do comunismo é o da dissidência, nascida por volta de 1970. Mas ela rapidamente se decompôs em 1991 e não foi capaz de participar do novo poder. É por isso que o seu empreendimento do Memorial não pôde existir nem se desenvolver. E de fato necessário que o órgão que tenha como função manter a memória consiga uma certa massa crítica, pelo número, pelo poder, pela influência. Os armênios não conseguiram de forma alguma obter essa massa crítica. Muito menos ainda os

ucranianos, os cazaquis, os chechenos, os tibetanos, entre tantos outros.

Nada é tão problemático, depois da dissolução de um regime totalitário, quanto a reconstituição, no povo, de uma consciência moral e de uma capacidade intelectual normais. A esse respeito, a Alemanha pós-nazista se achava em melhor posição que a Rússia pós-soviética. A sociedade civil não teve tempo de ser destruída em profundidade. Julgada, punida, desnazificada pelos exércitos ocidentais, ela foi capaz de acompanhar esse movimento de purificação, de se julgar a si mesma, de se recordar e de se arrepender. Não foi bem assim no Leste Europeu, e o Ocidente tem a sua parte de responsabilidade. Quando os comunistas russos transformaram sua posse geral de bens em propriedade legítima, quando legitimaram seu poder de fato pelo sufrágio universal, quando substituíram o leninismo pelo nacionalismo mais chauvinista, o Ocidente julgou inoportuno de sua parte pedir-lhes contas. Era o pior serviço que ele poderia prestar à Rússia. A ubiquidade das estátuas de Lenin nas praças públicas da Rússia é apenas o sinal visível de um envenenamento das almas cuja cura levará anos. Do lado ocidental, a vulgata histórica deixada pelo Komintern das Frentes Populares está longe de ter sido apagada. O envolvimento da ideia leninista pela ideia de esquerda, que tinha no entanto horrorizado Kautsky, Bernstein, Léon Blum, Bertrand Russell e até Rosa Luxemburgo, faz com que atualmente essa ideia por vezes seja assimilada a um avatar maravilhoso ou a um acidente de alguma forma meteorológico dessa mesma esquerda, e, agora que ela desapareceu, essa ideia permanece como um projeto honroso que não deu certo.

7) A amnésia do comunismo e a memória do nazismo se exa peram mutuamente quando a simples e justa memória basta para condená-los a um e outro. É uma característica da má consciência ocidental, há séculos, que o lugar do mal absoluto deve-se encontrar em seu seio. A opinião variou sobre essa localização. O mal foi às vezes situado na África do Sul do apartheid, na América da guerra do Vietnã. Mas ele sempre permaneceu com seu centro na Alemanha nazista. Rússia, Coréia, China e Cuba eram sentidas como exteriores ou levadas para o exterior na medida em que se preferia desviar os olhos. O vago remorso que acompanhava esse abandono era compensado por uma vigilância, uma concentração feroz da atenção sobre tudo o que havia entrado em contato com O nazismo, sobre Vichy em primeiro lugar, ou, atualmente, sobre essas ideias perversas que supuram em certos núcleos das extremas direitas européias.

*

Uma das características do século XX é a de que não só a história foi horrível,

do ponto de vista do massacre do homem pelo homem, mas também que a consciência histórica – e isto explica aquilo – teve uma dificuldade particular em se orientar corretamente. Orwell observava que muitos haviam se tomado nazistas por um horror motivado do bolchevismo, e comunistas por um horror motivado do nazismo. Isso realça o perigo das falsificações históricas. Vemos uma em vias de formação, e seria uma pena que legássemos ao próximo século uma história falseada.

Para concluir, uma esperança e um receio. Foram necessários anos para se tomar consciência completa do nazismo, porque ele excedia o que se julgava possível e que a imaginação humana era incapaz de percebê-lo. Poderia acontecer o mesmo com o comunismo de tipo bolchevique, cujas obras abriram um abismo tão profundo, e que foram protegidas, como *Auschwitz* o foi até 1945, pelo inverossímil, pelo incrível, pelo impensável. O tempo, cuja função é revelar a verdade, fará talvez, lá também, o seu trabalho.